HISTÓRIA RELIGIOSA - FONTES E SUBSÍDIOS

LISBOA NO TEMPO DO CARDEAL CEREJEIRA

P. LUÍS DE AZEVEDO MAFRA

LISBOA NO TEMPO DO CARDEAL CEREJEIRA

UM TESTEMUNHO

HISTÓRIA RELIGIOSA - FONTES E SUBSÍDIOS

VOLUMES PUBLICADOS

1

ISABEL MORUJÃO

CONTRIBUTO PARA UMA BIBLIOGRAFIA CRONOLÓGICA
DA LITERATURA MONÁSTICA FEMININA PORTUGUESA
DOS SÉCULOS XVII E XVIII (IMPRESSOS)

LISBOA 1995

2

GUIA PARA O ESTUDO DAS ORGANIZAÇÕES
CATÓLICAS EM PORTUGAL NO SÉCULO XX

NO PRELO

3

Pe. LUÍS DE AZEVEDO MAFRA

LISBOA NO TEMPO DO CARDEAL CEREJEIRA

UM TESTEMUNHO.

LISBOA 1997

A EDIÇÃO DESTA OBRA INSCREVE-SE NUM PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO,
QUE TEVE O APOIO FINANCEIRO DA

junta nacional de investigação científica e tecnológica

PROPRIEDADE, EDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (UCP)

DIRECÇÃO: CARLOS A. MOREIRA DE AZEVEDO. UCP PORTO

CAPA: XAVIER NUNES
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: CENTRO DE PUBLICAÇÕES
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
DEPÓSITO LEGAL: 118 589/97
ISBN: 972-8361-11-4

LISBOA NO TEMPO DO CARDEAL CEREJEIRA

UM TESTEMUNHO

P.e LUÍS DE AZEVEDO MAFRA

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Índice

Prefácio (Manuel Clemente) 7

Recordações, actuações e episódios dos anos 30 aos 60 11

1 Imagem da Igreja na minha infância e adolescência 13
2 Tonalidades dos anos 30 17
3 O Cardeal Cerejeira 21
4 O regime de Salazar, as eleições de 1958 e o nosso problema colonial 27
5 O "escândalo" da viagem de Paulo VI a Bombaim 35
6 Choques com o "Novidades" 53
7 Vinte anos de actividade pastoral 63
8 1969 — Ano crítico 67

Aspectos da aplicação do Concílio no Patriarcado 81

1 Arranque da reestruturação pastoral post-conciliar do Patriarcado 85
2 1968 — Embaraços, crises e degradação da atmosfera diocesana 95
Caso do Seminário dos Olivais 99
Caso de Belém 101
3 Últimos esforços até à resignação de D. Manuel Cerejeira 107
4 O passado e o presente 117

Prefácio

Os trabalhos do P^e^. Luis de Azevedo Mafra que agora se publicam constituem uma contribuição invulgar para a história contemporânea da diocese de Lisboa.

Invulgar, antes de mais, quanto ao objecto, uma vez que a escassa produção nesta área não costuma debruçar-se sobre os temas que o autor aqui desenvolve. Há, decerto, algumas descrições de dioceses em geral; encontram-se monografias territoriais ou biográficas, certos trabalhos sobre instituições, pessoas, centros ou movimentos de espiritualidade e apostolado. Há um pouco de tudo isto e, por vezes, de indiscutível qualidade histórica ou documental.

Mas são ainda menos os estudos sobre aspectos mais situados da vida pastoral diocesana, ou sobre a repercussão e concretização locais de fenómenos eclesiais de natureza global, como foi o caso do Concílio Vaticano II.

O catolicismo português — ou lisbonense, se retrairmos o âmbito — realiza indubitavelmente muito, mas recorda geralmente pouco. Mormente, se esta recordação não se ficar pelas lembranças avulsas dos intervenientes ou dos seus ouvintes. Falecida a testemunha, diluída a evocação directa, fica em regra muito pouco e por pouco tempo; com o perigo certo do "quem conta um conto aumenta um ponto...".

- Exemplos? — Onde estão os relatos escritos do que foi o catolicismo militante de dioceses, paróquias, associações ou vidas pessoais, no pós 1910, no pós 1926, ou 1940, ou 1974? Do que realmente se viveu, na adaptação prática e mental às condições trazidas pela 1ª República, o Estado Novo, a Concordata ou o 25 de Abril? Ou, mais por dentro do próprio catolicismo, o Concílio Vaticano II?

Há pouca coisa, na verdade. Tanto mais quanto essa vitalidade não se concretizou em sentido único e muito menos unívoco, em todos e cada um de tais momentos, antes conheceu

variedades e até tensões internas que, sem porem em causa a concordância nos fins, procuraram diferentemente os meios. Como sucede em todas as fases da vida eclesial, também nestas mais próximas se assistiu a maiores ou menores debates internos sobre o lugar da Igreja no mundo, como modo de estar e proposta de actuação na sociedade.

- E o que foi, como vivência concreta de tantos e tantas, a grande campanha de catequização paroquial, desde os inícios do século e especialmente depois do Concílio Plenário Português (1926)? Ou a mobilização do catolicismo "político" na defesa das instituições eclesiais, da Lei da Separação de 1911 à Concordata de 1940? Ou na sensibilidade à justiça social, antes e depois dos estímulos de João XXIII? Ou a militância geral e de meio sócio-profissional dos membros da Acção Católica Portuguesa, a partir de 1933? Ou a "mística" própria dos associados de grupos tão díspares como os Escuteiros Católicos, os Vicentinos (das Conferências de S. Vicente de Paulo), os inscritos no Apostolado da Oração, na Cruzada Eucarística, etc, etc?

Juntemos-lhes mais. Juntemos-lhes especialmente as vivências sacerdotais dos padres da 1ª República ou dos que se lhes seguiram, a partir dos Seminários relançados nos anos trinta; ou o surto do apostolado ultramarino no quadro do Acordo Missionário de 1940; ou a vida religiosa masculina e feminina, depois de tolerada ou de novo autorizada do sidonismo em diante...

-Onde encontraremos, mais perto ainda, os testemunhos duradouros do que foi a renovação eclesial do pós-guerra, preparando ou realizando o Vaticano II? Esta mesma, procurando novos enquadramentos da vida e do apostolado, quer redescobrindo a vida conjugal-familiar como célula eclesial, quer criando conjugações novas e além do quadro sócio-profissional que continuou a especificar a Acção Católica, quer repropondo o cristianismo como forte descoberta pessoal e princípio de vida realmente nova (dos Cursos de Cristandade, o Movimento por um Mundo Melhor, ou outros de meados do século, aos sucessivos movimentos de espiritualidade e apostolado que se têm multiplicado entretanto?

-Onde recolheremos, na verdade, o alento e o aroma da "Primavera da Igreja" que foi o Concílio, com as suas propostas de corresponsabilidade eclesial, de inspiração bíblica, de participação litúrgica, duma nova atitude face aos "irmãos separados" ou aos apelos do mundo, lidos agora como "sinais dos tempos"?

-Onde encontramos tudo isto, e também — havemos de acrescentá-lo, pois se trata da verdade histórica — as resistências e os porquês delas, os desvios ou mesmo as desistências, com os seus porquês também? Onde encontraremos, afinal, o catolicismo vivo e vivido, sonhado ou sofrido, de um século tão acelerado e repleto?

Alguma coisa há, é verdade. Mas realmente pouco e desigual. Nas histórias gerais do país, que se vão sucedendo com o maior interesse, dá-se sempre lugar à componente religiosa e à católica em particular. Um lugar novo e mais detido, com a consideração pacífica de aspectos pouco usuais,a atenção ao catolicismo global e articulado com a sociedade em geral, às respectivas relações sempre variáveis e interinfluentes. Mas as abordagens ainda serão demasiado estruturais, privilegiando sobretudo os aspectos institucionais e funcionais. As movimentações internas da Igreja, como orientação do espírito ou perspectivação da existência, os desígnios e os compromissos, aparecem pouco ou nada. Porventura, porque o observador se situa demasiadamente "de fora" para se aperceber deles sequer.

É por tudo isto que a presente contribuição do P^e^. Luís de Azevedo Mafra tem tanta oportunidade e importância. Versa acontecimentos determinantes da história recente da Igreja de Lisboa, em ligação com outros da Igreja em geral (no episcopado do Cardeal Cerejeira na diocese e nos pontificados de Pio XI a Paulo VI na Igreja universal). A narrativa faz-se sempre a partir do observador, da sua experiência eclesial. Mas, se esta característica lhe dá uma forte conotação pessoal, tem por si duas componentes particularmente enriquecedoras: o variado percurso ministerial do autor (vida paroquial, Acção Católica, responsabilidades múltiplas na diocese e no presbitério); e a anotação rigorosa de tudo aquilo em que participou de perto, dando ao relato grande segurança e fidedignidade.

Ganharemos certamente todos quando outros testemunhos se sucederem a este, alargando a recordação colectiva com a variedade das observações particulares. Que o exemplo do P^e^. Luis de Azevedo Mafra possa incentivar outras "memórias" a passarem à escrita e ao futuro a experiência viva do século eclesial que agora se perfaz.

MANUEL CLEMENTE

Recordações, actuações

e episódios

dos anos 30 aos 60

1

Imagem da Igreja na minha infância e adolescência

Não é uma simples complacência em evocar coisas da menice que me move ao começar estas notas sobre factos e situações por que passei. Não é isso que me conduz. Julgo, porém, que o traçar a imagem da Igreja como a conheci nos anos 30 e princípio dos 40, além de ser um testemunho da época situa-me de algum modo em relação ao desenvolvimento da minha vida e poderá ajudar a entender comportamentos e atitudes posteriores. Seria de fazer deste aspecto ponto de partida para uma série de referências que poderão interessar a alguém? Não sei. É uma porta, entre outras, que se me apresentou aberta e por onde decidi enfiar-me. Claro que me limitarei a umas poucas pinceladas que dêem alguma ideia dessa imagem, pois não pretendo fazer um trabalho sistemático de recolha de todos os elementos possíveis, e, evidentemente também, cingindo-me às experiências que se me ofereceram, sobretudo na zona restrita de Lisboa onde vivi, entre a Estefânia, Penha de França e a Graça.

A fé recebi-a da minha mãe, pessoa solidamente crente e cumpridora, educada no Colégio do Bom Sucesso, mas racional e sóbria. Meu pai, de meio familiar e profissional republicano (Marinha de Guerra) e sem formação religiosa, era, no entanto, um teísta, e, em contraste com alguns outros membros da família, nunca lhe ouvi uma palavra contra o cristianismo, os cristãos ou o clero, nem exerceu qualquer influência negativa na formação que minha mãe cuidou de nos dar a mim e aos meus irmãos. Assim, comecei a viver na fé desde que tenho qualquer lembrança, não, porém, sem experimentar várias coisas que buliam desagradavelmente com a minha sensibilidade e poderiam ter desviado o meu rumo religioso se não fossem o teste-

munho de honestidade e responsabilidade dos meus pais e a graça de Deus.

A primeira que me provocou esta insatisfação e considerei uma boa maçada foi a catequese. Decorar simplesmente as respostas do catecismo, sem uma explanação mais elucidativa e interessante; dada por uma velhota, mesmo velhota — a D.Ana —, simpática e dedicada, mas que mais não sabia fazer. Uma catequese assim era enfadonha. Aprendia pelo desejo de saber e o gosto de afirmar as minhas capacidades, mas recordo-me que algumas vezes cedi á tentação de me escapulir, não pôr os pés na igreja e deambular por qualquer parte. Neste meio havia também costumes que me suscitavam irrisão ou desdém, como os distintivos ou fatiotas das crianças da Cruzada Eucarística, sobretudo das raparigas, que envergavam uma veste curta aberta dos lados, pindérica, e usavam um horripilante pano branco na cabeça preso com uma fita vermelha; também os ridículos (assim os achava) chapéus de abas largas dos escuteiros e os escuteiros crescidos de calções (coisa nos anos 30 para miúdos), e ainda as cadeiras-genuflexórios alinhadas dos lados da teia das igrejas, presas com cadeados e reservadas para senhoras devotas duma camada social mais abonada ou considerada mais distinta. Para a Cruzada ninguém me convidou; mas para escuteiro convidou-me um chefe jovem depois de eu ter feito a Profissão de Fé e ser crismado, tinha então dez anos. A minha resposta imediata e redonda foi um não que tirou logo ao rapaz qualquer veleidade de insistir. Queria lá andar mascarado com aquele chapéu e integrar-me numa organização dirigida!... Idêntica aversão haveria de sentir pela Mocidade Portuguesa, de que me impuseram ser filiado quando entrei para o liceu. Os motivos, porém, foram mais numerosos e a aversão muito maior. E não foi por ter alguém"esquerdista" na família. O esquerdista — bem entendido — seria eu. A farda da M.P. foi coisa que nunca quis nem nunca tive.

Outro aspecto que me desagradava era o ambiente da igreja de Arroios, minha igreja paroquial até 1937, mas que ainda continuei a frequentar no resto da minha infância apesar de a zona onde vivia ter sido desmembrada para a nova paróquia da Penha de França. Só a ingenuidade da meninice e a proximidade

de familiares que moravam na área permitiram que eu o tolerasse, até por fim já não o suportar mais. A igreja — a antiga, que mais tarde veio a ser demolida — era demasiado pequena para a frequência dos domingos, que a enchia sem deixar espaço para mais ninguém e transbordava para o guarda-vento e os degraus de entrada, onde as pessoas nem sequer "ouviam missa", apenas estupidamente cumpriam o preceito. Fora das celebrações, muito movimento e balbúrdia nas outras dependências, cumprimentos e conversas das devotas no recinto sagrado, e as velhas beatas a fazerem festas nos pés das imagens e a atirarem-lhes beijinhos. As missas, em latim, não se entendiam, e as homilias... só me lembro de que nem as ouvia ou a mim não me interessavam. Aquilo não era nada: era um frete! Consequência: ainda bastante miúdo, aí a partir dos nove anos, comecei a, de vez em quando, me retardar de várias formas para a hora da missa, procurando absolver-me, a perdê-la e a não ir à seguinte com a justificação de que tinha de voltar para casa. Atitude muito pouco lisa. Não me atrevia, porém, a faltar decididamente porque acreditava que cometia um pecado grave e de maneira alguma o queria fazer. Enfim, um conjunto de condições negativas, para mim intragáveis, que, pelos doze, treze anos, me levaram a cortar radicalmente com Arroios e a passar a frequentar a igreja da Penha de França, ao cimo da calçada de Poço dos Mouros, mais ampla, descongestionada, e com um ambiente religioso muito mais aceitável.

Por último, uma observação em relação aos padres que conheci neste período. De nenhum tive motivo para pensar ou dizer mal; apenas, para ser exacto, sofri uma reacção desastrada de um a quem excepcionalmente procurei para me confessar. Pelo contrário, devo até estar particularmente grato a alguns deles. No entanto, não deixarei de notar que, de maneira geral, observei neles algo que não se harmonizava com a minha sensibilidade, o meu modo de estar muito livre perante a vida e o mundo, e um certo espírito crítico que faz parte de mim mesmo. Talvez a palavra "eclesiásticos" sirva para traduzir a minha impressão. Eles eram eclesiásticos, com traços que de algum modo caracterizam desfavoravelmente tal categoria de pessoas e as fazem um bocado diferentes. E por esta razão e outras da

pastoral empobrecida que então se fazia eu nunca teria pensado em ser padre se, andava pelos catorze anos, sem que ninguém mo houvesse proposto, não me tivesse sentido fortemente chamado para o "ministério da salvação". Como iria eu viver esta vocação e ao mesmo tempo subtrair-me aos tais traços que chocavam com a minha legítima maneira de ser? Pensei que o Senhor havia de me ajudar a ir discernindo para ser padre sem ser "eclesiástico".

2

Tonalidades dos anos 30

Lisboa antes da 2ª Guerra Mundial era muito mais graciosa e aprazível do que depois se tornou. Mais pitoresca e com mais carácter. Hoje sufocam-na a multidão de carros, o movimento, o frenesim e o barulho. Naquele tempo ainda não fora submergida pela enxurrada de automóveis que a inundam, e no ar só excepcionalmente passeava uma avioneta. O aeroporto só viria a ser construído uns bons anos mais tarde, e as próprias dimensões da cidade não se tinham alargado tanto. A avenida Almirante Reis, por exemplo, terminava onde agora é a Alameda de D.Afonso Henriques. Daí para a frente eram hortas, quintas, ou então terrenos baldios como os do Areeiro, por onde me lembro de ainda ter passeado quando adolescente, no princípio dos anos 40. O belíssimo Tejo, com o seu estuário a contornar o casario por nascente e sul, era sulcado pelas velas brancas ou coloridas de faluas, fragatas e caíques, e nas suas águas, então mais limpas, com frequência se viam os dorsos de golfinhos, isolados ou em grupos, ora emergindo ora mergulhando. As avenidas eram mais arborizadas e tranquilas. Em vez dos ruídos mecânicos, a certas horas ouvia-se nas árvores a chilreada dos pardais. Em lugar de prédios agigantados, maciços e desgraciosos, encontravam-se mais palacetes e vivendas, com pequenos jardins floridos. E os passeios das ruas, não escavacados como agora os vemos por todo o lado, mas frequentemente reparados por calceteiros que os batiam com pesados maços de madeira, eram conservados bastante mais limpos por empregados da Câmara com jactos de mangueiras de agulheta, o que muito me entretinha e dava prazer ver da varanda da minha casa quando pequenito. Era então agradável passear, o que deixou de suceder. E a iluminação à noite, já eléctrica, com candeeiros porém de tipo mais antigo, se é certo que não era tão clara, também é verdade que produzia um ambiente mais romântico e aconchegado do que o potentes candeeiros de hoje.

Em todas as ruas se sentia a segurança de um polícia que as percorria ou estava próximo. Nos bairros populares, aqui ou ali, numa esquina, um galego de cordas ao ombro à espera de quem o procurasse para algum frete. Nas ruas mais pacatas como a minha, os garotos, enquanto o guarda não aparecia e disfarçavam, divertiam-se a jogar com bolas de trapo ("chinchas"), que, quando menos contavam, lá iam direitas às janelas baixas e partiam um vidro. As crianças das escolas primárias usavam bibes de riscado com um quadriculado miúdo azul e branco que espalhavam uma nota de frescura. De vez em quando via-se uma senhora em descanso (ou bisbilhotice) comodamente apoiada no peitoril da janela, entretida a observar quem passava. E a certas horas uma namorada, ás vezes no quinto andar dum prédio, em comunicação mais afectiva que de conversa com o pobre do namorado na rua, de pescoço dobrado e nariz no ar.

Embora já um pálido vestígio de tempos mais recuados, ainda se ouviam alguns pregões de vendedeiras ou vendedores, uns de dia, como os dos figuinhos de capa rota ou dos morangos saloios (não os morangos inchados e de menor sabor que agora se vendem), outros pelo lusco-fusco ou já nocturnos, como os do mexilhão ou da fava-rica. De entre as vendedeiras, as mais abundantes eram as peixeiras. De canastra à cabeça, corriam as ruas diariamente para abastecerem de peixe os moradores que não preferiam o mercado, e debandavam precipitadas quando havia alarme de polícia. Os mercados (vulgo praças), muito primitivos e pouco higiénicos — um deles o da Praça da Figueira — eram então, no entanto, uma nota que destoava desagradavelmente. O primeiro mercado moderno e com condições que se construiu em Lisboa (não falo do da Ribeira, mais antigo, onde nunca entrei) foi o de Arroios, salvo erro em 1940, para substituir um velho e infecto que existia próximo.

Os funerais de carruagem pomposa puxada a cavalos com uma capa negra e empenachados, ou carretas levadas à mão, foram ainda um uso durante anos. E também me recordo de, muito pequeno, talvez no princípio da década, ter presenciado um casamento de trem e o noivo de cartola. Depois passaram a usar-se os automóveis de um branco marfinado.

Por último, o Carnaval na primeira metade dos anos 30 ainda tinha uma expressão relativamente forte. Além de cortejos de carros carnavalescos na avenida da Liberdade, com muita gente a ver, e de "assaltos" em casas particulares, bastantes crianças mascaradas nas ruas, serpentinas, foliões (pelintras), velhos entrudos ou xéxés barrigudos e de grande facalhão que me metiam medo,cegarregas, gaitas, brincadeiras, animação popular, e, sobretudo no último dia à tarde, terça-feira, autênticas batalhas de pequenos saquinhos de serradura e milho entre os moradores dos prédios e carros descapotados que passavam cheios de gente nova a divertir-se. Eu nunca fui mais do que espectador entretido, mesmo quando um dia, teria já doze ou treze anos, fui convidado com o meu irmão mais velho para um assalto em casa do general Humberto Delgado, então ainda com posto mais baixo, pois a sua mulher e a minha mãe eram amigas e visitavam-se. Humberto Delgado, que nessa altura estaria perto dos trinta e cinco anos, era um homem bem disposto, comunicativo, brincalhão. No meio da barafunda deu comigo, único rapaz da minha idade, encolhido a um canto e logo me perguntou: — Então tu não danças? — Não sei dançar, respondi-lhe. — Espera aí que eu já te arranjo um par. — E logo me apareceu com uma garota mais nova do que eu, mascarada de varina ou coisa que o valha, que me pespegou nos braços e com quem me forçou a dançar, isto é, a dar-lhe umas pisadelas, porque eu não tinha o mínimo jeito nem interesse por aquilo. E assim que o disco parou de tocar, desembarecei-me dela e sumi-me na multidão para escapar a outra arremetida.

A publicidade em cartazes de parede era muito menos abundante, rebuscada e agressiva. Os rádios (telefonias) iam fazendo a sua entrada — caixas de madeira grandes, de cimo abaulado. As notícias mais sensacionais seriam as das guerras, primeiro a distante do expansionismo fascista de Mussolini na Abissínia, iniciada em 1935, e, a partir de 1936, a do nacionalismo de Franco e da Falange contra os governamentais, aqui ao lado. O Rádio Clube Português acompanhava passo a passo os acontecimentos da guerra civil da Espanha, exaltando a actuação dos nacionalistas, sem qualquer alusão aos seus excessos, e denunciando continuamente os crimes dos "vermelhos". O povo em

geral era contra os "bandidos comunistas" e pela acção salvadora dos rebeldes de Franco. Por essa altura, e entrando na corrente nacionalista-militarista da Itália e da Alemanha, foram criadas entre nós a Legião Portuguesa, com a Brigada Naval, e a Mocidade Portuguesa, a que talvez a maior parte dos que pertenceram foi por passividade ou compelidos. Era qualquer coisa que não estava na nossa índole, embora alguns aderissem com agrado ou até fanatismo. Um belo dia começaram a aparecer civis fardados, homens, jovens e crianças, de camisas verdes, cintos com um S na fivela e bivaques, que por vezes desfilavam em paradas. A reacção geral era de bastante indiferença; mas também havia tendência para olhar os legionários e os filiados da M.P. com um certo desdém e ridicularizá-los. Entretanto as notícias do desenvolvimento do poderio alemão-nazi e das suas pretensões, assim como da tensão do Eixo com a Inglaterra e a França, começaram a prender cada vez mais as atenções e a provocar inquietação, com tomadas de posição germanófilas e anglófilas, até que a 2ª Guerra Mundial rebentou em Setembro de 1939. Tinha eu doze anos. Recordo-me de nesse dia à tarde chegar a casa, encontrar o meu pai de semblante muito carregado e ouvi-lo desabafar: "Arranjaram-na bonita! Vai ser uma calamidade. Sabe Deus o que nos irá acontecer!".

3

O Cardeal Cerejeira

A primeira vez que vi o Cardeal Patriarca foi na antiga igreja de Arroios, por ocasião da minha Profissão de Fé e Crisma — final da catequese infantil — na primavera de 1937. Tinha eu dez anos e Sua Eminência estava nos quarenta e oito. Foi para mim uma visão feérica! Fiquei deslumbrado com a figura majestosa do Senhor Patriarca, vestido de vermelho e roupagens amplas que lhe davam ainda mais o ar de alguém que não era deste mundo. Depois aproximei-me reverente para ser crismado, quase com a sensação de tocar a divindade. O seu rosto, porém, pareceu-me fechado e distante; e da sua imagem mais não ficou do que o esplendor que me tinha impressionado. Não sonhava eu que alguns anos mais tarde havia de contactá-lo e falar com ele em condições completamente diferentes.

Sucedeu quando, ao fim de dois anos em que pensei entrar para a Companhia de Jesus e fui acompanhado pelos padres jesuítas Júlio Marinho e Eugénio Jalhay, em resposta à minha pergunta do que entendiam a meu respeito, pois concluira o 2°ciclo do liceu, me comunicaram que me achavam de saúde frágil e seria preferível orientar-me para o clero diocesano. Não fiquei chocado nem discordei. De facto, o que eu desejava essencialmente era ser padre; e se me tinha virado para a Companhia de Jesus fora apenas por uma circunstância casual e por nem ter ideia muito clara da distinção entre clero diocesano e clero religioso. O P^e^. Eugénio Jalhay, aliás sempre afável, disse-me então que, se eu quisesse, falaria de mim ao Senhor Cardeal Patriarca e ele certamente me aceitaria com muita satisfação.

Assim aconteceu. Estávamos em 1943. Numa tarde de Julho ou Agosto dirigi-me ao Patriarcado para pedir audiência. O P^e^. José Maria foi perguntar ao Senhor Patriarca e voltou dizendo-me que Sua Eminência se encontrava disponível e podia receber-me imediatamente. Fiquei um tanto embaraçado pelo imprevisto, e lembrei-me que nesse dia nem sequer tinha feito a barba

(que, apesar dos meus só dezasseis anos, já era bastante visível). Não hesitei, porém, e avancei para o encontro. Desta vez o Senhor Patriarca já não vestia batina vermelha mas batina preta avivada, e dirigiu-se a mim com uma naturalidade que me deixou logo à vontade. Conversámos quase como se já nos conhecêssemos. O Senhor Patriarca foi amável e absolutamente simpático, embora, tanto quanto me lembro, sem sorrir, e ficou combinado eu em Setembro iniciar o curso de filosofia, que, nesse ano, era aumentado de mais um ano acrescentado ao Seminário de Almada. A imagem do Cardeal para mim humanizou-se e retirei-me com um verdadeiro sentimento de consideração e apreço em relação a ele.

Em todos os contactos posteriores comigo até ser dispensado do governo da Diocese, primeiro enquanto fui seminarista, depois já padre, o Senhor Patriarca foi sempre delicado, paciente e amigo, mas nunca estabeleceu comigo qualquer relação de maior confiança ou privilégio. Tivemos um relacionamento de franqueza, de à vontade, de confiança neste sentido mas não noutro. Uma vez ou outra foi até pouco razoável e sacudido, como quando lhe declarei, depois de seis meses de experiência, que não podia aguentar com o peso de assistente da direcção Geral da JEC mais os quatro cargos que já desempenhava e me respondeu: — "Que queres que te faça? Não tenho ninguém para te substituir". Eu, porém, é que não aguentava mesmo e tive de encontrar por mim a maneira de me desenvencilhar de dois deles (coadjutor de Alcântara e assistente da JUC de Agronomia), o que Sua Eminência depois aceitou.

O Cardeal Cerejeira verificava-se que era uma pessoa inteiramente absorvida e assoberbada pelas funções de Patriarca e de Cardeal. Em carta que me dirigiu de Roma (19 Nov.1965), no Concílio, a propósito de dificuldades de trabalho que eu tinha apresentado, escreveu: "Mais do que tu, me sinto incapaz para tudo o que me pede o serviço de Deus e da diocese, que fazem um só. Se te disser que só uma vez saí de casa para ir respirar a S.Pedro! Isto nos dias ordinários, pois, além de alguns domingos, tenho tido necessidade de fugir alguns dias de Roma, por ocasião das férias conciliares, de cansado". Um dia, mais tarde,

desabafou comigo: — "Tenho uma pilha de 'dossiers' em cima da minha secretária. Eu bem me esforço por reduzi-la, mas ela parece que cresce sempre cada vez mais". A sua capacidade de trabalho, ajudada por uma inteligência que considero superior, era enorme — e talvez isso lhe dificultasse compreender limitações de padres. Porém, só enorme. Inevitavelmente havia falhas, muitas mesmo, que os padres e quem com ele tinha contacto mais próximo não podiam deixar de constatar. Por isso, nos finais de 1970, depois de ouvir muitas queixas e de eu próprio as formular, acabei por lhe fazer chegar às mãos uma proposta de maior repartição de trabalhos pela nomeação de vigários episcopais responsáveis por sectores pastorais determinados. Soube indirectamente que sua Eminência não tinha deixado de apreciar a minha sugestão; não se dispôs, porém, a aplicá-la porque já estava na expectativa de o seu pedido de resignação ser proximamente aceite e não querer deixar ao seu sucessor um sistema de trabalho com que ele poderia não concordar.

O Patriarca de Lisboa era um homem duma época que, já depois dos setenta anos, se viu noutra completamente diferente. O Concílio Vaticano II abriu uma perspectiva inteiramente diversa. Creio que o Senhor Patriarca sinceramente quis ajustar-se aos novos tempos; de facto, porém, não o conseguiria como era necessário. A confirmá-lo, ele próprio um dia o confessou. Como já referi noutro lugar, de forma mais discreta, depois de um desencontro infundado entre mim e ele na 3ª reunião do conselho Presbiteral (1969), no intervalo que logo se seguiu, quando eu passeava com mais dois ou três colegas e lamentava que Sua Eminência tivesse dado ao que eu dissera um sentido diferente do que eu pretendia, o Senhor Patriarca aproximou-se por trás sem dar por ele, enfiou o seu braço no meu e comentou: — "Padre Mafra, padre Mafra, tu tens razão; mas lembra-te que eu já tenho oitenta anos!".

Nos últimos oito anos dos meus contactos com Sua Eminência (1964-71), particularmente em razão de acontecimentos que ocorreram e da minha posição na actividade pastoral da Diocese (assistente da Junta Diocesana da A.C., etc.), surgiram discordâncias e insatisfações da minha parte, que sempre lhe

manifestei mas não tiveram o eco que eu desejava. Por isso fui sentindo o meu espírito retrair-se e de certo modo arrefecer em relação a ele. Nunca deixei de o estimar; mas à amenidade de uma primavera sucedeu um tempo outonal. A sua maneira de ser, e certamente também as suas responsabilidades, não favoreceram um clima que, do meu lado, chegara a existir, mas depois se alterou. Por uma certa reserva e distância e alguma secura — não digo sobranceria nem aspereza — era um homem mais para ser respeitado do que para prender o coração. A forma cativante que tinha de receber muitas pessoas seria mais um recurso de ocasião, uma expressão diplomática, do que manifestação de real simpatia e afecto que efectivamente conquistasse.

Disse no princípio desta evocação de Sua Eminência: "A primeira vez que vi o Cardeal Patriarca foi na antiga igreja de Arroios, na minha Profissão de Fé e Crisma". E agora digo: a última vez que o vi foi no Pavilhão dos Desportos, na tomada de posse do seu sucessor. Nunca mais me encontrei com ele. Havia consideração e amizade,mas não havia laços suficientemente afectivos que me levassem a visitá-lo. Hoje experimento a sensação de uma certa falha da minha parte e admito que tivesse sido pouca caridade. As últimas palavras que lhe dirigi foram as de uma cartão de despedida, escrito no dia seguinte, que aqui reproduzo em parte:

> "Senhor Patriarca
>
> "Ao chegar ao fim da sua missão de Pastor da Igreja de Lisboa, não posso deixar de lhe agradecer tudo quanto nos deu, que foi afinal a sua vida. Que o Senhor lhe pague e o ajude a prosseguir a sua existência de modo a glorificá-Lo sempre e mais ainda.
>
> "Especialmente em relação a mim, tenho a agradecer-lhe haver-me escolhido para seu cooperador no sacerdócio, e a compreensão, o carinho e a amizade com que sempre me tratou.
>
> (...)
>
> "Assim, nesta hora, sinto pesar de ver afastar-se um amigo e a alegria de supor que a diocese de Lisboa encontrará no Senhor D.António Ribeiro um novo Bispo à altura das suas necessidades.

"Despeço-me, pois, de Vossa Eminência com estes sentimentos de gratidão e afirmando-lhe a continuação do meu muito apreço e amizade.

"P^e^. Luis de A. Mafra"

Sua Eminência enviou-me um mês mais tarde, como a outros, um cartão do seu punho, mas impresso, dizendo:

"Com uma última palavra pessoal, de amizade, de agradecimento, de saudade e de bênção. 13.VI.1971

+ M.Card.Patriarca".

Foi assim que eu conheci e me relacionei com o Cardeal Cerejeira. Casos que adiante refiro poderão concretizá-lo um pouco melhor. Outros tiveram outras experiências e outra sensibilidade que lhes poderão ter formado imagens algo diferentes, mais ou menos verdadeiras.

4

O regime de Salazar, as eleições de 1958 e o nosso problema colonial

A fim de seguir uma certa linha cronológica de episódios, abordo agora dois factos mais da minha vida política do que da minha vida de padwre.

Vida política entenda-se; vida de cidadão que, como tal, toma atitudes políticas, não que alguma vez desenvolvesse uma actividade política. O rumo do meu espírito e da minha acção era outro; seguira-o como padre e, na fé, considerava-o muito mais importante. Todavia não impedia que tivesse posição política e realizasse os actos políticos que a minha consciência me pedisse.

Sem ser esquerdista, as minhas inclinações nunca foram para quaisquer posições de direita, conservadoras, nacionalistas, ou, muito menos, fascistas. O meu espírito tendia para um humanismo de liberdade equilibrado e renovador. Por isso o regime vigente no nosso país não me suscitava simpatia. Já atrás dei a perceber o meu desagrado desde miúdo em relação às organizações patrióticas e militaristas da Mocidade Portuguesa e da Legião. Sendo promovido um Congresso da M.P. (creio que em 1956) para comemorar o XX° aniversário da sua criação e na qualidade de professor de religião e moral (não de assistente da M.P., que recusei) no liceu de D. João de Castro, enviei mesmo, a convite, uma comunicação para o congresso que, em vez de ser de apoio, era de crítica da ideia da Organização e proposta de uma formação diferente dos jovens — o que naturalmente provocou azedume, constou-me. Até aí tolerara um tanto passivamente o regime. A partir de então, porém, a vida e a convivência foram-me ajudando a tomar maior conhecimento dos seus aspectos negativos e comecei a convencer-me de que se impunha absolutamente que fosse alterado.

Foi exactamente por esta altura que se anunciaram as eleições para Presidente da República (1958) a que iam concorrer o almirante Américo Tomás e o general Humberto Delgado.

Em quem é que eu iria votar? Num homem da situação? Não podia ser. Noutro comprometido com a esquerda? Preocupava-me. Tanto mais que, sem contestar qualidades humanas no homem que me tinha feito dançar, aos doze anos, com uma varina (mascarada), também não o considerava suficientemente forte e seguro para uma mudança política conveniente (até porque o conhecera um pouco em contacto particular). Hesitei, ponderei como cristão, e acabei por me inclinar para o general. Convenci-me de que era preferível arriscar do que não fazer nada para mudar. E esta minha opção ainda mais se exarcebou quando chegou a altura de receber em casa os boletins de voto, que, nesse tempo, não eram os mesmos para ambos os candidatos, assegurados por uma organização nacional como agora. Uns eram distribuídos pela União Nacional e outros pela comissão da candidatura concorrente ou opositora, o que já viciava todo o processo electivo. Pior ainda: enquanto o do almirante Américo Tomás me chegou irrepreensivelmente a tempo enviado pelos serviços estatais, o do general Humberto Delgado, sujeito a limitações inevitáveis, até às vésperas da eleição não apareceu.

A minha indignação era profunda. Não queria, porém, deixar de votar e contra a situação. Não estive, portanto, com meias medidas. Nas bochechas da PIDE, vestido de padre, como nesse tempo era regra absoluta, fui à sede da candidatura do general, no edifício do Hotel Vitória, requisitei o boletim para vowtar e deitei o outro para o lixo. Não o narro para fazer gala de anti-salazarismo nem como um acto de tipo heróico, mas como uma pincelada da vida nas circunstâncias políticas de então.

Afinal a União Nacional prevaleceu e ainda se manteve no poder mais de quinze anos.

Entretanto, em Março de 61, desencadeia-se brutalmente o terrorismo em Angola e uma nova interrogação se levanta no meu espírito. Como encarar a nossa posição nas chamadas Províncías Ultramarinas?

Na condição de assistente da Direcção Geral da JEC, não perdi tempo à espera do desenrolar dos acontecimentos. Logo escrevi, no número 4, de Fevereiro-Março (infelizmente o último), da recém-lançada revista da JEC "Prisma" para todos os estudantes liceais (algo de semelhante à "Flama" de dezassete

anos atrás), um artigo intitulado "Colonialismo", com o objectivo de, a tempo, lhes dar conveniente orientação. (Não esteve sujeito a cortes porque as publicações da A.C. não passavam pela Censura).

Começando por censurar a má conduta de cristãos dos diversos países na expansão ultramarina, continuava:

> "Estes os maus cristãos. Graças a Deus, nem todos procederam assim. Em grande parte dos casos, porém, o branco não soube respeitar nem quis amar: conquistou por ambição; matou, destruiu, impôs-se; amesquinhou; explorou sem escrúpulos. Basta recordarmos a extinção quase total de povos inteiros, a escravatura, a segregação racial, o enriquecimento das nações colonialistas à custa dos territórios ocupados, ou servindo-se deles para aumentarem o seu poderio e sem proveito para os indígenas. Esqueceram que, afinal, lhes competia uma missão civilizadora, repartindo com os povos, em algum aspecto mais atrasados, aquilo em que elas eram mais ricas. Civilizar não é tirar: é dar. Civilizar não é impor um domínio ou um padrão de vida; é enriquecer aquele que se civiliza ajudando-o a evoluir para uma forma de vida mais perfeita, sem todavia o obrigar a abdicar dos seus costumes e maneira de viver legítimos. Civilizar, em suma, é trazer os outros povos a um nível superior, embora não indeferenciado, e a uma comunidade de vida que torne cada vez mais possível uma mútua inter-ajuda.
>
> (...)
>
> "No meio da derrocada geral dos impérios coloniais, Portugal ainda mantém todas as suas possessões ultramarinas. Qual vai ser a nossa atitude?
>
> (...)
>
> "Não interessa agora se, no passado, fomos melhores ou tão bons como os outros. Interessa é a nossa responsabilidade presente e futura. Não temos o direito de as deixar (as populações indígenas) a braços com os seus atrasos nem à mercê de mal intencionados, que apenas esperam a ocasião para iludi-las e escravizá-las. É nosso dever defendê-las, ajudá-las e realizarmos mais plenamente a missão civilizadora de todo o homem e cristão que se preza de o ser."(...)

Este artigo — de que me servi para a homilia na Estrela em 26 de Agosto (sem qualquer repercussão, que soubesse) — constituia uma primeira e pronta reacção aos acontecimentos que estavam a abalar a consciência nacional, mas não definia ainda uma opinião minha em relação à nossa política ultramarina e à guerra que logo iria alastrar à Guiné e, em 1964, igualmente a Moçambique. Era demasiado cedo, e também não era fácil aclarar o meu espírito e apreciar toda a questão com justeza.

E foi assim que, em Dezembro de 1963, parti, em representação da Direcção Geral da JEC, para uma visita de dois meses às Direcções Diocesanas e secções do Movimento em Angola, Moçambique e Guiné (a única que se efectuou), disposto a aproveitar a oportunidade para avaliar melhor a realidade política colonial. E logo ao chegar da Metrópole a Luanda tive a percepção de um aspecto decisivo dessa realidade: eu não estava em terra de brancos, mas em terra de negros, terra que, por conseguinte, lhes pertencia e não a nós, conforme o estribilho que então foi lançado — "Angola é nossa!" — pretendeu fazer crer! Achei-me mergulhado num mar de negros, onde os brancos mais não eram do que algumas gaivotas a boiar na imensidão.

Tudo o mais que entretanto pude observar e ouvir só veio confirmar-me na convicção de que o nosso domínio em África era abusivo e de que a solução do conflito não deveria nem poderia ser militar mas política.

Foi então que despertou no meu espírito a ideia de transmitir os meus pontos de vista ao Presidente do Conselho. Mas para quê? Porventura acreditava eu que ele os pudesse tomar em conta? Não era assim tão ingénuo! E houve mesmo quem pretendesse dissuadir-me por inútil. Que não resultaria, acreditava; eu porém é que não ficaria bem com a minha consciência se me calasse.

Fiz, pois, o rascunho da exposição ainda nos dias a mais que tive de passar em Bissau por falta de avião (só de sete em sete dias). Mostrei-o ao Prefeito Apostólico, na residência de quem ficara hospedado, o franciscano Monsenhor João Ferreira, que não o achou mal mas considerou a minha intenção curiosa. Retoquei-a depois já em Lisboa e entreguei-a em S.Bento com a

data de 28 de Março 64. Nunca tive qualquer resposta, que também não esperava.

Porque é uma carta longa, dela transcrevo apenas a parte final, suficiente para dar o essencial das minhas declarações:

"De tudo isto, julgo poder concluir que a perspectiva de uma futura independência dos negros das nossas províncias ultramarinas deverá por nós ser encarada com realismo e isenção e só uma atitude razoável poderemos tomar: sem atraso, antes que comece a ser tarde, irmos preparando as coisas para a admitirmos oportunamente de modo a, ao mesmo tempo, tanto quanto possível se salvaguardarem todos os direitos e interesses legítimos, quer de uns, quer de outros. Persistir teimosamente num patriotismo enfatuado e quixotesco (aliás sem base histórica nem sociológica) será lamentável cegueira, de consequências humilhantes e desastrosas. Não se trata de ser fraco ou oportunista; trata-se de ser justo e sensato. A força e a violência podem conquistar territórios mas não conquistam os homens, menos ainda quando os dominadores procedem com a grosseria e brutalidade de tantos portugueses que se encontram no Ultramar.

"Penso, pois, que teremos é de promover intensa e abnegadamente a elevação das populações nativas e a constituição de um escol capaz de vir a assumir a chefia, bem como realizar uma política que as prepare para essa futura independência (se elas a desejarem, conforme é de prever), colocando-as a seguro de ambições, quer partidárias, quer ainda de outros estados ou potências, assim como posteriormente nos permita manter com elas boas relações que lhes serão úteis e a nós nos poderão assegurar a salvaguarda dos nossos interesses legítimos. É um sacrifício exigido pela responsabilidade que assumimos impondo-lhes um domínio ilícito por uma ocupação que, em rigor de termos, se deverá antes chamar conquista.

"Não será tarde ainda para o fazermos em Angola e Moçambique, onde as populações indígenas se conservam calmas e dispostas a colaborar connosco. Já o mesmo não direi da Guiné, onde a penetração dos terroristas é proporcionalmente muito mais vasta e conseguiram atrair ao seu lado grande parte dos balantas e dos nalus, sem, segundo se diz, encontrarem pela frente um

exército com tanta decisão como era necessário. Fiquei profundamente impressionado com a situação desta província, que creio ser uma causa perdida. Apesar dos comunicados que se publicam, ouvi dizer que o terrorismo, longe de ser sufocado, pelo contrário tem vindo a ganhar terreno e as vias de comunicação se tornam cada vez menos seguras. "Os soldados mandam nos quarteis; na Guiné quem manda são os terroristas", diz-se em Bissau.

"Muito se deturpa ou encobre, seja por inépcia, seja para servir interesses inconfessados. Muitos se calam porque têm receio de falar ou por falta de iniciativa. Eu decidi não guardar para mim estas impressões, esperando que a honestidade da minha intenção seja reconhecida.

"Sem outro assunto e com a maior consideração, subscrevo-me respeitosamente

P^e^. Luis de A. Mafra"

Tive ainda mais algumas acções pontuais relacionadas com a política durante a vigência do Estado Novo. De uma tratarei no capítulo seguinte. Das outras apenas referirei um pequeno artigo que escrevi para o "Novidades", com o título de " O caminho da paz", e que foi suscitado pelo último discurso de Salazar a propósito do Ultramar. Veio publicado na edição de 30 de Abril 66, mas com a conclusão cortada (o que provocou protesto meu junto do Director).

O corte, que presumo ter sido feito pela Censura, dizia:

"Numa época da história como a nossa, em que se desmoronam impérios e quase cada dia têm nascido uma nova nação, parece que será oportuno afirmar: promover a livre e progressiva associação dos homens em nações e destas em nações maiores, uniões ou blocos, sim. Força-los, porém, a uma soberania eliminatória de cada um se organizar e viver como legitimamente prefere é permanecer num vergonhoso primitivismo de sobrepor a força à razão.

"As aplicações podem, infelizmente, fazer-se às dezenas. Cada um que as faça como entender".

A nossa guerra do Ultramar, arrastada durante treze anos, e o regime político autoritário, com a mudança forçada de Salazar para Caetano, haviam, como sabemos, de continuar ainda até ao "sismo" de Abril de 1974. Não foi preciso muito para tudo chegar ao fim, mas de maneira desastrosa para as províncias ultramarinas. Sempre pensei que, se a Igreja Católica (clero e leigos), em vez de se preocupar tanto com os seus interesses e conveniências, tivesse sido mais lúcida, como alguns dos seus membros o foram, e tomado uma atitude, não revolucionária, mas mais justamente critica, independente, corajosa e menos conformista, a situação não teria durado tanto tempo. Creio que a grande base de sustentação do Estado Novo não foram tanto os nacionalistas, mas os católicos.

5

O "escândalo" da viagem de Paulo VI a Bombaim

As várias reacções — do Governo, de leigos e padres e do Cardeal Cerejeira — ao facto de, em 1964, Paulo VI ter decidido ir ao Congresso Eucarístico de Bombaim são muito elucidativas da situação eclesial do Patriarcado e da personalidade e do espírito de Sua Eminência. Creio, por isso, que tem interesse historiar em pormenor o que se passou.

Não havia ainda dois meses, o Senhor Patriarca tinha-me colocado numa posição de maior responsabilidade dentro do A.C. nomeando-me assistente da Junta Diocesana da mesma e, correlativamente, responsável da residência de assistente diocesanos na Rua da Bela Vista à Lapa, para onde, aliás, eu já tinha ido morar cerca de um ano antes, pouco depois da sua abertura. Refiro esta circunstância porque ela ajudará a entender melhor o relato que segue.

A notícia desta segunda viagem de Paulo VI para fora do Vaticano — por ocasião da festa de S. Francisco Xavier (Dezembro) — foi tornada pública em 19 de Outubro e logo provocou um certo escândalo a forma chocantemente apagada como o diário católico "Novidades" a deu. Tal atitude, tão contrária ao estilo do jornal, causou estranheza e indignou-nos a nós, os assistentes da Bela Vista, e a muitas outras pessoas nossas conhecidas. Constatámos que a televisão e o "Diário Popular" fizeram afirmações descabeladas, e até agressivas, a propósito da mesma viagem, dado o facto de a União Indiana, em Dezembro de 1961, ter violentamente ocupado o território português de Goa. No dia seguinte reuniu-se o Conselho de Ministros, e no dia 21 o ministro dos Negócios Estrangeiros (Franco Nogueira), numa conferência de imprensa, referiu-se à viagem do Santo Padre a Bombaim com desagrado. Segundo uma nota publicada nos jornais, o ministro exprimiu "a reacção do Governo e do povo português quanto à deliberação pontifícia", fazendo uma lamentável confusão de religião e política. Nela declarava: "Temos de considerá-la (a deliberação ponti-

fícia) como um agravo gratuito, no duplo sentido de que é inútil e injusto para com um país católico"; e, mais adiante: "Devemos manter o mais profundo, magoado e digno silêncio".

O "Diário Popular" apresentou estas declarações em grandes parangonas. Em contrapartida o "Diário de Lisboa" (21 de Outubro) foi absolutamente discreto e publicou uma "nota do dia" em que tomou desassombradamente posição justa, o que provocou da minha parte um cartão ao director (Noberto Lopes?) a felicitar o seu jornal. Igualmente nesse dia decidi ainda enviar ao Núncio Apostólico o seguinte telegrama particular:

> "Excelência
>
> "Perante atitude Governo português face viagem Santo Padre Bombaim manifesto maior pesar por aquela e profunda alegria decisão pontifícia. P^e^. Luis Mafra. Assistente Junta Diocesana Patriarcado".

Estes factos públicos fizeram ferver dois padres da residência mais exaltados que, em 22, se declararam dispostos a escreverem uma carta de protesto ao Dr. Salazar e receberam o apoio da maior parte dos colegas da casa, que se afirmaram prontos a assiná-la também. O texto que eles redigiram suscitou, porém, bastantes dúvidas. Estava impregnado de espírito agressivo e a forma era muito dura. Assim eu não o assinaria. Redigi então um outro que o pudesse substituir sem os inconvenientes e com que os meus colegas concordaram. Datado de 23 de Outubro 64, o texto enviado foi o seguinte:

> "Senhor Presidente do Conselho de Ministros
>
> "Excelência
>
> "Os signatários desta carta são sacerdotes do Patriarcado de Lisboa, assistentes de movimentos apostólicos diocesanos.
>
> "Custou-nos a acreditar quando vimos que os órgãos oficiais de informação tomaram uma atitude pelo menos reticente a propósito da deliberação de Sua Santidade o Papa Paulo VI de estar presente no Congresso Eucarístico de Bombaim. Todavia, mais que supreendidos, ficámos magoados e apreensivos ao ler no jor-

nal as palavras pronunciadas por Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros na sua conferência de imprensa do passado dia 21, e que somos conduzidos a interpretar como pretendendo exprimir a "reacção do governo e do povo português quanto à deliberação pontifícia". Tal reacção consideramo-la absolutamente injustificada e, além disso, ofensiva para Sua Santidade, pois pressupõe que os motivos que a determinaram não são de facto os que invocou, exclusivamente de ordem religiosa e inteiramente legítimos.

"No nosso entender, estabeleceu-se uma relação entre o aspecto político e a atitude religiosa que, depois das inequívocas declarações do Papa Paulo VI, não tem qualquer razão de ser e permite supor um desejo subjacente de ver o espiritual ao serviço do temporal.

"Por outro lado, como já atrás referimos, pensamos ser-nos lícito atribuir a Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros a intenção de exprimir a reacção do povo português. Ora, pelos nossos numerosos contactos pastorais, sabemos que essa reacção está longe de ser unânime. Ao contrário verificamos que um número crescente de católicos conscientes e lúcidos, adultos como homens e adultos na fé, só experimentam um sentimento ao saber da decisão pontífica — o de alegria, por ver nesse gesto de Paulo VI a vontade da Igreja de alargar às novas dimensões do mundo, na própria pessoa do sucessor de S.Pedro, o preceito do Senhor: "Ide pelo mundo inteiro e proclamai a Boa Nova a toda a criação".

"Pelas razões acima expostas, os signatários, como católicos e como sacerdotes, decidiram apresentar a vossa Excelência, Senhor Presidente do Conselho, o seu veemente protesto.

"Subscrevemo-nos respeitosamente..."

- Assinávamo-lo oito — eu, os padres Alberto Neto, José Carlos Sousa e José Serrazina, e outros quatro que mais tarde abandonaram o ministério.

A pedido dos meus colegas redigi ainda uma carta para Sua Eminência, ausente em Roma, (24 de Outubro), com a qual lhe enviei também a cópia da nossa carta para o Presidente do Conselho, e que foi do seguinte teor:

"Eminentíssimo Senhor

"Têm causado a mais viva indignação em muitos padres e leigos de Lisboa as declarações do ministro Franco Nogueira à imprensa, no passado dia 21, a propósito da viagem de Sua Santidade a Bombaim para tomar parte no Congresso Eucarístico, declarações que, conforme nota publicada nos jornais, pretenderam exprimir "a reacção do governo" e — abuso muito grave de autoridade — "do povo português", que não foi consultado nem ainda se manifestara de maneira elucidativa. A verdade é que parte muito apreciável dos leigos e do clero experimentaram agradável surpresa e viva alegria ao verificarem a profunda inspiração apostólica de tão ousada decisão, nem de longe encontrando nela qualquer sentido político de apoio ao governo da União Indiana ou de discordância da posição do nosso em relação a Goa.

"Entre todos estes, as declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros e a atitude do Governo, pela sua injustiça, pela intromissão que constituem na vida interna da Igreja e ainda pelo desrespeito que representam em relação à pessoa do Santo Padre, cairam como uma bomba e provocaram não só, como disse, a maior indignação mas também verdadeira angústia. Os leigos que assim sentiram não admitiram que os responsáveis da Igreja deixassem de tomar uma atitude esclarecedora e coerente e têm-nos assediado com estas perguntas: Como é que a Igreja encara o acontecimento? Que posição tomam os Senhores? Como vão reagir os nossos Bispos? Que atitude havemos de tomar?

"Impossível não dizermos imediatamente uma palavra de orientação, uma palavra justa, de verdade que tranquilizasse os seus espíritos, e assumirmos uma atitude definida, de acordo com os nossos princípios e o respeito devido ao Santo Padre. Não o fazermos seria inconsciência, cobardia, traição à nossa qualidade de católicos e responsabilidade de sacerdotes. E assim, ao mesmo tempo que, perante os leigos, vários de nós começámos a afirmar sem evasivas o nosso absoluto apoio ao Santo Padre, a maioria dos que residem na Casa da Bela Vista entendemos apresentar o nosso veemente protesto ao Presidente do Conselho, o que fizemos enviando-lhe sem demora uma carta de que junto remetemos a V. Em^{a}. uma cópia para tomar o devido conhecimento. Dominou-

-nos a preocupação de redigi-la com dignidade, correcção e de modo que não nos pudessem acusar de nos termos esquecido de que somos padres.

"Sabemos que um bom número de leigos já exprimiram ou vão exprimir à Nunciatura o seu pesar pela atitude do nosso Governo. Acrescentarei que o conformismo das "Novidades" (apesar das restrições a que nos constou estarem sujeitas) tem constituído um autêntico escândalo, assim como o silêncio receoso de outros padres tem causado desoladora decepção. E todos esperamos que o nosso Exmo. Episcopado pronuncie uma palavra clara e firme de justiça, de rectificação de mal entendidos e de defesa dos direitos da Igreja.

"Julgamos ter cumprido um dever. E é com total confiança de sermos compreendidos que informamos V^a. Em^a. da nossa posição e do que fizemos.

"Em nome de todos os signatários da carta para o Presidente do Conselho apresento a V^a. Em^a. os nossos melhores votos de saúde e do auxílio de Deus e rogo-lhe se digne conceder-nos a sua benção.

"P^e. Luis de A. Mafra"

No dia 25 ocorreu a Festa de Cristo-Rei (último domingo de Outubro) e, como habitual, foi a inauguração do novo ano de actividades da A.C.P..

No fim da missa (na Sé), o Dr. Sesinando Rosa (secretário da Junta Central) propôs aos membros da Junta Central e da Junta Diocesana de Lisboa presentes que, no dia imediato, fôssemos à Nunciatura manifestar a nossa reprovação das palavras do ministro Franco Nogueira a respeito do Santo Padre. Com surpresa dele e minha verificámos retraimento da parte de alguns dirigentes. Aliás já tinha constado que, na camada social elevada, havia quem se tivesse pronunciado de acordo com o Governo. Senti-me indignado e decidi, na homilia desse mesmo dia na basílica da Estrela, e em que já tencionava referir-me ao ao assunto, ser tão forte quanto o bom senso mo permitisse. Partindo da realeza de Cristo e da missão da Igreja, aludi ao sentido apostólico da próxima deslocação de Paulo VI à União Indiana e, creio que sem cair em expressões inconvenientes,

lamentei que nem todos o entendessem com justeza. No fim, algumas pessoas vieram manifestar-me a sua satisfação pela clareza e firmeza. À noite, na sessão de inauguração do ano social da A.C., o Dr. Sesinando também se pronunciou sobre o assunto de maneira bastante feliz e foi vivamente aplaudido, o que manifestou que a maioria dos dirigentes estavam a ver as coisas correctamente. Por último, apesar da confirmação da recusa de alguns, ficou assente que os outros membros das Juntas Central e Diocesana de Lisboa, com os seus assistentes, na segunda-feira iriam à Nunciatura como fora projectado.

A recepção do Núncio foi à tarde. Sua Excelência aguardava esta atitude da A.C. Com serenidade, mostrou-se evidentemente satisfeito. Disse-nos que os católicos deviam agir com discreção mas também com firmeza; e acrescentou confidencialmente que, contra três ou quatro mensagens desfavoráveis, já recebera um número considerável de outras de apoio ao Santo Padre, não falando nas que a Censura teria impedido. Disse-nos ainda que o Senhor Patriarca escrevera logo para as altas personalidades do Governo. Por fim, mandou distribuir-nos a tradução do discurso que Paulo VI pronunciara no dia 18 anterior, a propósito da canonização dos vinte e dois mártires do Uganda, e em que anunciava a decisão da sua viagem a Bombaim e explicava os motivos que o determinavam.

Com data do dia 29, recebi um cartão da Nunciatura a agradecer o meu telegrama, nos seguintes termos:

> "O Núncio Apostólico, profundamente sensibilizado, mais uma vez agradece fervorosa mensagem e abençoa-o juntamente com todos os membros da Acção Católica Diocesana."

Passo agora a transcrever o que registei no meu diário a 7 de Novembro:

> "Várias outras manifestações de desacordo com o Governo e apoio ao Santo Padre têm continuado a registar-se, partindo tanto de padres como de leigos. Por enquanto nenhuma reacção das autoridades quer civis, quer religiosas, em relação á nossa atitude. Soube entretanto que o C°. José Falcão, na sua qualidade de

Governador do Patriarcado, escreveu ao P^e^. João Gonçalves recomendando-lhe cuidado quanto ao possível carácter político das homilias na sua paróquia, e também que quatro padres da diocese de Évora foram trazidos a Lisboa sob custódia para serem interrogados pela PIDE por, segundo parece, terem sido ofensivos nas suas pregações para com pessoas do Governo.

"Quanto a mim, no entanto, soube esta tarde, por pessoa que deve estar bem informada, que tanto a correspondência que envio como a que recebo está a ser aberta".

Três dias depois, entretanto, também me chegou aos ouvidos, de fonte considerada segura, que o Presidente do Conselho estava "irritadíssimo" com a carta que os padres da Bela Vista lhe tinham enviado, e, acrescentava essa fonte, "poderíamos contar como certo que ainda seríamos maçados por esse motivo".

Com data deste mesmo dia — 9 de Novembro — o Clero recebeu do C°. José Falcão, na qualidade de Governador da Diocese por ausência do Patriarca em Roma, na sessão do Concílio, uma circular confidencial. Nela transmitia essencialmente breves declarações do Núncio Apostólico numa circular enviada à Cúria. Em síntese, "... não cabe ao Clero misturar a política com o exercício das funções sacerdotais. Se acontecer que alguém tenha a tentação de fazê-lo, deve convencer-se de que não resultaria bem nenhum para a Igreja". E o C°. Falcão acrescentava: "... importa que todos os sacerdotes, no exercício das suas funções, se abstenham escrupulosamente de qualquer referência ou alusão que possa interpretar-se como de carácter propriamente político".

A reacção do Senhor Patriarca chegou-me em carta de Roma de 5 de Novembro, por portador, em que Sua Eminência começava por me dizer:

"Caro P^e^. Mafra

"Aproveito a manhã (ainda com restos da gripe não fui à sessão do Concílio) para responder à tua carta de 24 do mês passado. Mas dirijo-me a todos os signatários da Exposição ao Senhor Presidente do Conselho.

"Alegram-me os sentimentos de união ao Papa que a Exposição traduz e a condenação dos *termos* da Declaração do Exmo. Ministro dos Negócios Estrangeiros. Isto de modo absoluto. E acrescento, nada impedia, antes tudo o impunha, de o dizer aos leigos dos movimentos apostólicos assistidos. Era dever de formação da consciência católica.

"Mas desagradou-me profundamente que, para desagravar o Papa, se começasse por desobedecer ao Patriarca e comprometesse levianamente os movimentos apostólicos diocesanos.

"Explico-me."

Sua Eminência explica então: não tivemos em conta as suas determinações (cf. circular de Abril de 1959, adiante) e, ainda para além disso, assinando como "assistentes de movimentos apostólicos diocesanos", associámos às assinaturas a missão que dele havíamos recebido para outro fim, bem como os próprios movimentos que nos haviam sido confiados.

Embora alongue a transcrição da carta, não se pode perder o texto de Sua Eminência:

"Não vejam aqui excesso de autoridade ou timidez de velho. (...)"

"Eu sei bem que tudo foi zelo. Creio conhecer já suficientemente os meus padres, especialmente como no caso os que estão próximos de mim, para ao mesmo tempo que censuro me alegrar. Não deixo porém de felicitar, por mais lúcidos abstendo-se, os que não assinaram.

"E agora, feitas as pazes, pouco mais. O Santo Padre meteu-me no íntimo deste problema, que é mais complexo do que parece. Julgo, a fiar-me no que muito alto me foi dito, que algum bem fiz à Igreja em Portugal. Mas o horizonte não está muito prometedor. Por amor da Igreja urge que haja muita serenidade, inteira pureza religiosa de sentimentos e intenções e métodos sem mistura de preconceitos ou acção política, prudência nas palavras sem alusões concretas que possam parecer ofensivas ou desrespeitosas. Creio que vos falaria assim o Papa... Espero que, depois do meu regresso, poderei ser mais claro convosco sobre os aspectos desconhecidos desta questão.

"Com todos no coração, que hoje especialmente recomendei na Missa de Jesus Cristo Supremo e Eterno Sacerdote, vos abençoo afectuosamente.

"O vosso Patriarca muito amigo

"+M.Card.Patriarca"

Engoli em seco. Não estava nada à espera desta censura porque não tínhamos agido só por zelo, levianamente, mas, estou convencido que todos, de boa fé, sem nos recordarmos de qualquer proibição. A sensação, apesar do tom amigável de Sua Eminência, foi de desconforto. Alguma coisa não batia certo. Tínhamos de considerar a questão e aclarar o nosso espírito.

Reuni-me, pois, com os padres da casa para lhes dar o devido conhecimento da carta do nosso Bispo e, ao mesmo tempo, de uma circular confidencial de Abril de 1959,mandada a todos os padres do Patriarcado pelo Senhor D.Manuel dos Santos Rocha, Vigário Geral, que agora já não tenho presente como me veio às mãos — possivelmente tinha-a arquivada — e de que nunca mais me lembrara. Atendendo às circunstâncias de então, formulava já as mesmas directivas da circular a que pouco atrás me referi, e das quais agora apenas destaco a seguinte disposição: "...torna-se necessário insistir em que os sacerdotes se abstenham até de subscrever quaisquer outras declarações não previamente aprovadas por Sua Eminência". A opinião de todos os signatários da carta presentes foi de que tínhamos agido na razão. Não concordaram, porém, que eu argumentasse com o senhor Patriarca, conforme pus a hipótese de fazer, pois a contestação do que nos disse aborrece-lo-ia e não favoreceria nada o entendimento. Afirmou-se mesmo que o nosso Bispo não era pessoa disposta para o diálogo. Esta observação perturbou-me. Como, porém, me faltava suficiente experiência para ter opinião pessoal a tal respeito, aceitei o seu parecer. Conversa posterior, no entanto, com o P^e^. João Rocha, fâmulo de Sua Eminência, decidiu-me a, no dia 14 (Novembro), escrever-lhe uma carta, de que transcrevo o que mais interessa:

"Eminentíssimo Senhor

"Pedindo desculpa da demora, acuso a recepção da carta que V.Em^a^. entendeu por bem dirigir-nos e todos lemos atentamente.

"Muito me alegrou que V.Em^a^. tivesse reconhecido o nosso zelo. Creio poder acrescentar que todos agimos de boa fé. Como, porém, V.Em^a^. nos faz alguns reparos, será com o maior interesse que escutaremos a sua palavra quando voltar a estar no meio de nós.

"Em meu nome particular, desde já comunico a V.Em^a^. que julgo ser muito conveniente, logo que possa, ter a bondade de me receber com tempo e disposição para uma delicada conversa, ainda antes de nos falar a todos em conjunto. Apesar da modéstia da minha competência, tanto pela relativa aceitação que me parece ter entre os meus colegas como pelo clima de relações que tem existido entre mim e V.Em^a^., talvez eu me encontre em condições particularmente favoráveis para ajudar a aplanar dificuldades que, de algum modo, podem revestir carácter grave."

Uma semana mais tarde os nossos Bispos começaram todos a regressar da III^a^ sessão do Concílio. O que calculávamos verificou-se: não iriam ao Congresso Eucarístico de Bombaim. Sua Eminência chegou em 22, discretamente, sem que a maior parte dos padres o soubesse. E em 24 de manhã recebi um telefonema do P^e^. José Maria para nesse mesmo dia à tarde ir falar com o Senhor Patriarca. Passo a reproduzir o que escrevi no meu diário:

"Sua Eminência, mantendo, apesar de tudo, a vivacidade que o caracteriza, recebeu-me bem. Vinha corresponder, como calculei, à sugestão que lhe fiz na minha última carta. Conforme decidira, perguntei-lhe se não levaria a mal que lhe expusesse francamente as dúvidas que nos foram suscitadas pela carta que me escreveu e pela circular de 1959 do Senhor Arcebispo de Mitilene. Perante a resposta absolutamente favorável apresentei-lhe então os nossos pontos de vista, não tão pormenorizadamente como tencionava porque, em determinado momento, me fugiu a oportunidade, mas creio que de maneira suficiente. Sua Eminência agradeceu-me a franqueza e, em síntese, respondeu-me o seguinte:

"— Não veio de modo nenhum na disposição de nos ralhar. De facto a nossa atitude apenas lhe desagradou por dois motivos:

1 — Tomadas de posição dos seus padres em grupo constituem formas divergentes que o impossibilitam de governar a disocese como lhe compete;

2 — A apresentação que fizemos na nossa carta poderia comprometer os Movimentos que nos estão confiados.

"Sem estes defeitos, individualmente e de forma mais discreta portanto, até veria com satisfação que tivéssemos escrito ao Presidente do Conselho ou ao Chefe de Estado.

"— Quanto ao escândalo público de determinadas atitudes da Igreja, sucederá que, por vezes pretendendo-se vê-la desligada do governo, consciente ou inconscientemente se deseja que ela tome outra atitude política, a de se colocar contra o Governo.

"Na verdade, a Hierarquia procura não tomar posições nem a favor nem contra o Governo, não agir para agradar à rua, mas, situando-se acima do plano político, actuar apenas com consciência no sentido de defender os direitos da Igreja e assegurar os seus interesses, convencida de que, na medida em que assim procede, presta um serviço à nação porque está a trabalhar na edificação do reino de Cristo. A nova perda dos direitos reconhecidos e das concessões feitas poderia ter consequências muito graves e sabe Deus quando seriam reparadas. Não porá nunca a hipótese de afirmar o que não é verdade ou de abdicar da defesa de valores fundamentais. Mas, fora deste caso, não será mais sensato calar-se quando o falar pode fazer desabar tudo? São os Prelados responsáveis pelo governo da Igreja; conhecem eles melhor os pormenores das questões; a sua intenção é recta. Cumpre, pois, aos sacerdotes e a todos os fiéis confiarem e colaborarem com eles, ainda que a destrinça da conveniência das atitudes seja díficil e possa deixar margem a dúvidas.

"Por último, sua Eminência forneceu-me alguns dados sobre o desenrolar do incidente provocado pela ida do Santo Padre ao Congresso Eucarítico de Bombaim que, da forma como me foram apresentados, justificam fortemente a atitude tomada pelo nosso Episcopado. Contrariamente ao que 'La Croix' espalhou, não foi nunca falar com o Santo Padre para tentar dissuadi-lo da viagem. Soube da decisão do Santo Padre quando, dois dias antes do

discurso em que havia de anuncia-la ao mundo, este o mandou chamar para lhe comunicar e expor as razões que o determinavam. Sua Santidade então manifestou o desejo de que o Senhor Patriarca o transmitisse ao Presidente do Conselho, o que Sua Eminência fez imediatamente, acrescentando as palavras pessoais que entendeu convenientes. Foi posteriormente dito a Sua Eminência que a sua carta evitara o pior (não sabe o quê). Não evitou porém, a declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Senhor Patriarca acrescentou ainda que, tanto os Prelados portugueses como a Santa Sé, chegaram a elaborar uma resposta firme, mas o próprio Santo Padre, numa atitude de benevolência e apaziguamento, entendeu preferível que renunciassem a publicá-la.

"Tendo acabado de falar, não era fácil discutir imediatamente todos estes pontos de vista e atitudes, discordantes daquilo que eu supunha ser melhor. Eram, pelo menos de algum modo, defensáveis, e eu não me achava em condições de poder contestá-los com segurança. Sem dúvida que uma coisa é julgar de fora e outra decidir na sua situação. Mas a dúvida não se me dissipou e continuo a admitir que, no seu lugar, talvez agisse de outra forma.

"Não procurei, pois, continuar a conversa. Mas, antes de me retirar, não deixei de notar a Sua Eminência que, pela sua complexidade, é muito difícil ver com clareza os problemas desta ordem e, portanto, é praticamente impossível que todos os apreciem do mesmo modo. Sua Eminência teria, pois, de resignar-se a continuar a ver uma parte do seu clero reagir de forma diferente.

"O Senhor Patriarca concordou com estas observações e declarou-me que fará o que estiver ao seu alcance para convencer os seus padres, mas não duvida de que as suas diligências não conseguirão pleno resultado".

Nesta atitude sistemática de Sua Eminência e do Episcopado português, a dúvida que me ficava e a outros era se o zelo pelos direitos e interesses da Igreja e a opção do silêncio em determinadas circunstâncias, favorecendo a Igreja sob uma certa óptica e por um lado, afinal não iriam prejudicá-la por outro, além de descurarem direitos humanos que a Hierarquia (Bispos e padres), me parece, deveria defender, embora sem cair propria-

mente em acção política. De facto, várias atitudes de contemporização com um governo autoritário (senão despótico) seriam vistas pelos de fora como negligência interesseira ou egoista no cumprimento da sua missão, ou mesmo recusa em reconhecer direitos alheios; provocariam descontentamentos no sector dos cristãos mais despertos para estes problemas, e assim minariam a consideração pela Igreja e a sua própria paz e firmeza internas. Estou convencido de que esta orientação da Hierarquia muito concorreu para a defecção, alguns anos mais tarde, de considerável número de leigos e padres de valor, que, de outro modo, talvez pudessem ter permanecido e superado outras dificuldades.

Lembra-me aqui o dito popular: "Vão-se os aneis, mas fiquem os dedos". Perguntarei se, por vezes, não será preferível a Igreja correr riscos e sofrer, mas garantir uma fidelidade mais profunda ao espírito do Evangelho. É preciso dar o rosto, não basta sofrer quando não se pode fugir. No entanto compreendo as perplexidades e angústias dos responsáveis.

A rematar, acrescento ainda mais algumas notas posteriores.

27 de Novembro — "Falei a alguns colegas da casa da entrevista que tive com o Senhor Patriarca e manifestei-lhes a minha insatisfação. Na ocasião foi feita uma observação que aliás já me tinha ocorrido: é que não nos parece nada provável que, se a Igreja fosse enérgica, o Governo se atrevesse a prejudicá-la gravemente. Talvez o Presidente do Conselho, com o seu feitio próprio, fosse violento. Mas uma oposição frontal à Igreja cremos bem que seria a sua queda.

"Sua Eminência convocou os párocos e outros padres do clero não paroquial para uma reunião no salão da AC., hoje, às 15.30 h. Falou-nos durante hora e meia, substancialmente dizendo o mesmo que já me tinha dito a mim. Muitos ficámos com a impressão de não ter respondido frontalmente aos problemas. A sensação com que ficámos foi de desapontamento. No fim pediu-nos que, por entender inoportuno, no próximo domingo, primeiro do Advento, não nos referíssemos à ida do Santo Padre ao Congresso Eucarístico de Bombaim".

Obedecendo a Sua Eminência, os padres afinal acabariam por se comportar externamente como se concordassem com a decla-

ração do ministro Franco Nogueira, quando de facto a rejeitavam: "Devemos manter o mais profundo, magoado e digno silêncio"! Resultado contraditório de uma diplomacia desconcertante que, por isso mesmo, se manifestava inconsistente e contestável.

3 de Dezembro — Um dos padres signatários da nossa carta ao Presidente do Conselho (um dos que mais tarde abandonaram) "falou há quatro dias com o Senhor Patriarca. Confidenciou-me hoje que também não ficou satisfeito com o que Sua Eminência lhe disse e leu-me uma carta rudemente franca que decidira enviar-lhe. Achei-a óptima porque diz exactamente o que era preciso".

5 de Dezembro — O Senhor Patriarca já lhe respondeu "e ele deu-me também conhecimento desta resposta. É magoada, mas cheia de compreensão e nobreza. Nela há um novo elemento muito esclarecedor que finalmente nos tranquiliza acerca da atitude tomada pelos nossos Prelados no incidente com o Governo português a propósito da viagem do Papa a Bombaim. Pena foi que Sua Eminência não tivesse sido mais realista e não o tivesse declarado logo de princípio. Seria naturalmente difícil por se tratar de um dado provavelmente muito confidencial. De qualquer forma, porém, creio que teria sido melhor se ao menos tivesse dado a entender a sua existência. Sem dúvida que temos de confiar nos nossos Bispos; mas há casos em que, não sendo infalíveis nem impecáveis, nos é lícito duvidar do acerto das suas decisões."

O dado a que me refiro não o explicitei então nesta nota por discreção. Hoje já me esqueceu do que era.

6 de Dezembro — "Hoje, domingo, foi clandestinamente distribuída à porta das igrejas uma folha informativa sobre a viagem do Papa a Bombaim. A iniciativa partiu certamente de católicos inconformistas que não se resignaram a tolerar as medidas arbitrárias do Governo."

7 de Dezembro — "Foi publicada uma nota da Cúria Patriarcal rejeitando insinuações há poucos dias publicadas nos jornais de que a Santa Sé teria apoiado o Governo indiano na invasão de Goa. Os argumentos não me parecem satisfatórios. Pode aqui haver, porém um problema político que já alguém sugeriu: toda a atitude do nosso Governo perante o caso da viagem do Papa a Bombaim poderá ser hábil manobra para forçar o Pontífice a falar, colocando-o em má posição, ou perante os portugueses e o mundo, ou perante os indianos que agora o receberam tão amistosamente.

"Entretanto, o 'Diário de Notícias' iniciou uma série de artigos sobre o que se tem passado em Goa cheios de afirmações duvidosas e escandalosas acerca de individualidades ligadas à Santa Sé. Onde é que tudo isto irá parar? Sua Eminência está alerta e não é de excluir que ainda venha a tomar uma atitude enérgica".

4 de Janeiro de 1965 — "Os dias continuaram a passar e o ano terminou sem nada de muito especial. Apenas merece particular nota que a censura não deixou as 'Novidades' publicarem a mensagem do Natal do Santo Padre na íntegra. (...) Vimos hoje na nossa reunião da casa o texto italiano do 'Osservatore Romano'. Era documento para ser mandado ler e comentado em todas as igrejas! Mas os nossos Bispos preferem uma sensata passividade... Deus me perdoe! Quais serão os resultados desta abstenção conformista? Receio muito que degenere numa lamentável desagregação da nossa Igreja.

"Na reunião de hoje tive uma grande satisfação: O P^e^. Serrão impôs-se na sua atitude de espírito perante os últimos acontecimentos na nossa Igreja: não podemos agir como elementos de fora; temos de comportar-nos como membros dela, sofrendo e humilhando-nos na aceitação das directivas incompreensíveis dos nossos pastores e nada fazendo que leve à divisão. O nosso sacrifício será por certo factor de construção do reino de Deus (...). Dei-lhe o meu inteiro apoio".

3 de Fevereiro — " Depois da efervescência destes últimos tempos e de ter falado particularmente com a maior parte de

causa da sua orientação. E passado meio ano pediram-me mesmo que cortasse a assinatura, em atitude de protesto contra as posições que este jornal normalmente tomava e o seu comportamento escandaloso em alguns casos concretos, como, mais recentemente, a maneira favorável conforme se referiu à vinda a Portugal e à primeira conferência do escritor ou jornalista francês integrista Michel de Saint-Pierre. Uma vez que eu é que tivera a iniciativa da assinatura para melhor os servir e eles não a queriam, logo no dia seguinte escrevi ao Director (17/3/66) a dar satisfação ao seu desejo e a comunicar-lhe a razão. É bom acrescentar que eu tinha assinatura minha e a mantive.

Julguei eu que esta medida não tivesse qualquer ressonância. Enganei-me, porém, pois Mons. Avelino Gonçalves imediatamente me escreveu a certificar que suspendera a assinatura, mas manifestando-me delicadamente o seu desagrado. A esta carta respondi alguns dias depois (25/3/66) a esclarecer melhor a minha atitude e a nossa posição. Desta carta parece-me importante dar conhecimento do principal:

> "Exmo.e Revmo.
> Monsenhor Avelino Gonçalves
> "(...) Hoje escrevo-lhe de amigo para amigo que sempre o considerei e continuo a considerar.
> (...)
> "Suponho que é esta atitude que o Monsenhor qualifica de hostilidade, preferindo que colaborássemos em artigos sobre os assuntos em que se levanta a discordância, que — aqui explicito — não é só deles mas minha também.
> "Ora a este ponto de vista, em princípio justo, oponho eu duas objecções: uma é que, infelizmente, nos falta o tempo para darmos essa colaboração, que teria de supor uma preparação e informação bastante amplas e ser deveras cuidada; a outra é que, infelizmente também, o mal das 'Novidades' afigura-se-nos demasiado profundo para se remediar com tais artigos. No nosso entender, é todo um espírito que as orienta e vicia e teria de ser inteiramente renovado — um espírito que, frequentemente, se nos revela parcial, demasiado ligado ou subserviente a forças políticas e sociais, conservador e não liberto de quaisquer cadeias,

costumes e gostos ultrapassados, posições tomadas ou ideias feitas. Pelo contrário, esse espírito deveria ser dominado por um amor puríssimo da verdade, que tem de se procurar sempre nas suas novas manifestações e acolher com total desprendimento. Em suma, quereríamos ver as 'Novidades' nem a puxar à esquerda nem à direita, nem conservadoras, nem progressistas, nem agressivas, nem encolhidas, mas essencialmente independentes de tudo e de todos, verdadeiras, corajosas, preferindo em último caso a morte, que traz vitórias, à vida que é compromisso, sujeição e derrota. Umas 'Novidades' assim impor-se-iam ao respeito de todas as pessoas de boa vontade e seriam um verdadeiro e esperançoso facho a iluminar caminhos através de uma informação exacta, despojada de 'panejamentos', imparcial, e duma apreciação dos factos que não teria 'cor' mas apenas a transparência da verdade.

"Talvez lhe pareça dura esta minha crítica. Creio, no entanto, que me fará a justiça de não ver nela um ataque pessoal, mas tão só uma afirmação sincera do que penso, embora talvez o fira porque a verdade é muitas vezes, de si mesma, contundente. Faço-o em espírito de colaboração e num acto de confiança no Monsenhor, que, espero, procurará ver a razão do que lhe digo.

"Queira aceitar os meus cordiais cumprimentos e o testemunho de sincera estima no Senhor."

Monsenhor Avelino Gonçalves não me replicou. Mas no dia 29 o "Novidades" publicava uma nota — na primeira página se a memória não me falha — com o título "Somos assim", em que todos nós julgámos ver uma intenção de resposta às minhas observações, resposta, porém, que apenas negava aquilo que nós afirmávamos. Transcrevo-a na íntegra:

"Não pretende este jornal agradar nem a gregos nem a troianos mas unicamente fazer cristandade, revelar o pensamento da Igreja aos Portugueses, servir a Nação, contribuir para o bem comum com a doutrinação clara, oportuna e formativa de que os homens carecem para o bom desempenho das suas tarefas quotidianas.

"Mas as 'Novidades' não se publicam nas regiões etérias ou na estratosfera, onde não se sabe se existem seres humanos. Publicam-se em Portugal e por isso têm necessariamente de se referir a gregos e a troianos, como jornal noticioso que são, sem prestarem culto aos homens nem divinizarem instituições humanas.

"Jornal católico *tout court*, tem o sentido próprio da hierarquia dos valores e da contingência das coisas e dos acontecimentos, não hipotecando a sua independência nem a regimes políticos nem económicos, nem às correntes doutrinárias que pretendem acelarar ou retardar a marcha da História.

"Não somos, pois, nem progressistas nem retrógados, nem de gregos nem de troianos — mas de Cristo, que é sempre actual em todos os séculos, em todos os meridianos e em todos os povos que O adoram. Posição lógica, sem dúvida, mas propícia a falsas interpretações. Desejariam uns que fôssemos progressistas, outros que andássemos agarrados a cadáveres, alguns desejariàm que combatêssemos as instituições vigentes e não falta quem nos acuse de sermos seus aliados incondicionais.

"Tendo como lema a justiça, não a regateamos a quem a merece, mas, em nome do mesmo princípio, não podemos nem queremos ocultar a nossa discordância quando a consciência nos impuser esse dever.

"São assim as 'Novidades', jornal absolutamente necessário à mentalidade dos católicos e cuja expressão se torna cada vez mais imperiosa, numa época em que avultam desconcertos e confusões, carecida, por isso mesmo, de segura doutrinação, baseada no padrão imortal dos séculos — o Evangelho".

Tanto quanto me lembro, eu teria deixado a questão morrer aqui se, alguns dias depois, o "Novidades" não publicasse também parte da "Nota" da revista "Lumen" de Março a contrapor "padres novos e padres velhos". Esta publicação poderia ser entendida como um reforço de reacção, além de eu considerar o texto deselegante e criticável. Decidi, pois, voltar a escrever a seguinte carta (11/4/66), numa última diligência para desfazer o clima de mal-estar que entretanto se estabelecera:

"Exmo. e Revmo.

Monsenhor Avelino Gonçalves

"É pouco a vontade que pego na caneta para lhe escrever as linhas que se seguem, tantos e tão vastos são os problemas com que elas se relacionam e tão escassa a minha preparação para deles me servir com plena segurança. Há, porém, um clima de mal-estar, de desentendimento revelador de qualquer coisa que não está certa, e, por isso, sinto a minha consciência exigir-me que fale.

"Consta-me que a suspensão da assinatura das 'Novidades' para a Residência da Bela Vista indispôs fortemente a sua Direcção, como, aliás, o deixa transparecer a breve carta que Vª. Revª. me escreveu em 18 de Março último. Porque sempre desejei colaborar construtivamente, ainda que, por vezes, sem poder evitar a crítica do que não me parece bem, respondi à sua carta com intenção de o informar dos nossos motivos de descontentamento. Na nota 'Somos assim', publicada nas 'Novidades' no dia 29 seguinte, julguei ver a resposta às minhas alegações, que não duvido de que tenha sido perfeitamente honesta e traduza uma intenção sincera, mas, perdoe-me, não hesitarei em afirmar que nem sempre tem correspondido às atitudes tomadas. Sem pretender, neste momento, demonstrá-lo com factos que não tenho tido a preocupação nem o vagar de arquivar, creio que basta comprová-lo com mais de uma declaração particular do nosso Eminentissímo Patriarca, pelo menos em relação ao aspecto político. Por último, poucos dias depois, as 'Novidades' transcreveram parte da 'Nota' de Vª Revª na 'Lumen' de Março contrapondo 'padres novos e padres velhos', 'Nota' e transcrição que se me afiguraram mais geradoras de conflito que de entendimento. Como vê, parece que tenho razão para aludir a um clima de desentendimento e mal-estar. Apresso-me, porém, a acrescentar que este clima não se circunscreve apenas ao caso 'Novidades' mas, na realidade, praticamente se alarga a trodo o ambiente e condicionalismo de 'ordem' em que nos encontramos situados.

"Sou padre há dezasseis anos e pouco falta para perfazer os quarenta de idade. Serei 'novo' ou 'velho'? Depende dos critérios pessoais. Uma coisa me esforço por ser: objectivo, verdadeiro e justo, aberto à compreensão da evolução humana, dos anseios das

pessoas, e pronto a renovar a minha orientação e forma de actuar na medida em que descubro que as anteriores eram deficientes.

"Ora é aqui que suponho que se situa todo o problema, problema permanente na história da humanidade mas que, neste momento e entre nós, tende a assumir particular agudeza porque a evolução geral têm sido muito rápida, enquanto no nosso país, ao contrário, política e religiosamente tem sido demasiado travada. É o problema do conflito de gerações, que se torna sempre tanto mais azedo e violento quanto mais acérrimos são os representantes da geração anterior em *conservar* os seus pontos de vista e estruturas mentais e defenderem a ordem a que se acomodaram.

"Como padre que me posso considerar nem 'novo' nem 'velho', farei justiça aos ditos 'velhos' prestando sincera homenagem ao seu zelo, coragem e dedicação à Igreja, a tudo quanto as novas gerações inegavelmente ficarão a dever-lhes, e reprovando a 'irreverência' e, por vezes, 'agressividade' para com eles de alguns dos ditos 'novos', contrárias à caridade e boa educação. Mas não deixarei de fazer também justiça aos 'novos', mesmo bastante mais novos do que eu, que, embora nem sempre com o desejável equilíbrio, fruto da idade, da inexperiência e do espírito da época, tantas vezes, no entanto, são animados por um profundo espírito de justiça, de pureza evangélica, e possuem visões que considero muito mais próximas da verdade porque mais realistas. O caminho para a paz , para o enriquecimento mútuo e para uma evolução, que banhasse de alegria e de esperança os corações, seria o diálogo fraterno, amistoso. Mas onde e quando se pratica ele? O fosso entre o vilão e o senhor, entre o governado e o governante, entre o 'novo' e o 'velho', entre o pequeno e o grande, continua e parece que, infelizmente, continuará enquanto não for suprimido pela violência.

"Uma verdade fundamental começa hoje a brotar da terra, mas entre nós ainda está imensamente longe de ser percebida e acarinhado: a dignidade e os direitos de cada homem como pessoa, como cidadão e como membro da Igreja. Reina entre nós a massificação social, política e religiosa. Os indíviduos ainda não aprenderam a respeitar-se; o Estado não respeita os cidadãos: impõe-se-lhes; e a Hierarquia da Igreja ainda não se libertou do

mesmo defeito em relação ao clero e demais fiéis. Não advogo a demagogia, nem aprovo a indisciplina, mas reclamo o direito de cada um pensar e agir de forma diferente do outro, o direito à liberdade de expressão honesta e ainda o direito de cada um se pronunciar sobre a solução dos problemas que também lhe dizem respeito. Cada um deve ser considerado tão pessoa como qualquer outro e elemento 'activo' — ainda que em graus diferentes impostos pela sua preparação e responsabilidade — na construção da ordem social, política e religiosa. É isto, porém, o que se faz? Pelo contrário: os que pretendem usar destes direitos são qualificados de desorientados, subversivos, demagógicos, intrometidos e não sei que mais. Entretanto vamos tendo um regime ou governo que nos trata como carneiros, uma classe aristocrática ou financeiramente superior estagnada e reaccionária, uma Hierarquia que não se tem revelado capaz de corresponder às prementes exigências pastorais dos nossos dias e um diário católico que contemporiza com isto tudo. Como poderemos, os que vemos as coisas desta forma, apoiá-lo?

"O mundo vai rolando e a evolução far-se-à fatalmente. Se todos colaborarmos, de modo menos doloroso; se não quisermos colaborar, com derrocadas terríveis que esmagarão culpados e inocentes.

"Creia-me fraternalmente amigo no Senhor

"P^e^. Luis de A. Mafra".

Monsenhor Avelino Gonçalves também não acusou a recepção desta carta. O P^e^. Serrazina, residente da Bela Vista, comunicou-me entretanto que o Monsenhor Moreira das Neves, chefe de redacção do "Novidades", "estava furioso com a questão e comigo e que Sua Eminência tencionara pedir-me 'severas contas' da suspensão da assinatura do 'Novidades' para a residência dos assistentes, mas esta última carta 'inibira-o".

Para não alongar demasiado nem dispersar, omito aqui o pormenor do meu artigo "O caminho da paz" que o "Novidades" publicou truncado (30/4/66) e a que já mais atrás aludi, e salto para o último episódio deste pequeno esboço de folhetim, que teve lugar quase um ano mais tarde. Anotei no meu diário:

1 de Março de 1967 — "As atitudes das 'Novidades' de vez enquando ultrapassam as marcas. Hoje, depois de uma série de inconveniências e idiotices, não resisti a voltar a escrever-lhes uma carta de violento protesto de que vou enviar cópia a sua Eminência e ao D. Manuel Falcão".

Esta minha reacção foi provocada por mais uma das notas do "Novidades", na secção "Vida Católica" de 1/3/67. Transcrevo-a e, a seguir, a carta que dirigi a Mons.Avelino Gonçalves:

"TRIUNFALISMO, ETC.

"O nosso prezado colega 'Diário da Manhã', pela pena erudita do seu colaborador C.de Turcifal, consagrou o editorial de domingo ao tema de que há dias nos ocupámos, sobre o triunfalismo.

"Comentando as nossas palavras, escreve C. de Turcifal:

"Está-se hoje a usar e a abusar, por toda a parte, de 'slogans' sem fundamento e, por conseguinte, sem objectividade. E o pior é que esses 'slogans' são frequentemente e abusivamente endossados à responsabilidade do Concílio Vaticano II, que não tem culpa da deformação que, por paixão ou ignorância, às suas palavras e decisões se tem dado.

"Um desses 'slogans', adrede explorado com o fim de paralisar a Igreja no entusiasmo com que, durante muitos séculos, se tem conservado fiel ao mandato de Cristo, na hora solene da Ascensão, é o 'slogan' do triunfalismo, uma coisa que ninguém sabe o que seja, se, a julgar pelo uso que dele se tem feito, não é uma tradução satânica do grito da multidão enfurecida, quando exigia do cônsul romano a crucificação de Jesus e proclamava que não queria que Cristo reinasse sobre o seu povo. Também essa multidão, envenenada por falsas doutrinas, se opunha ao triunfo absoluto de Jesus. Também ela era antitriunfalista."

"Ao Exmº Senhor
Director do diário 'Novidades'
Lisboa-1

Exmo.Senhor

"Tenho querido evitar manifestar a minha discordância e o meu desagrado perante o conteúdo e a forma de muitos artigos,

notícias, reportagens, etc. que o 'Novidades' quase todos os dias publica. Parece-me inútil estar a incomodar-me e a incomodar infelizmente sem resultado. Hoje, porém, não resisti ao impulso de me confessar a V.Exa. francamente desolado e envergonhado, para não dizer pior, com a lamentável atitude e argumentação ultimamente apresentada sob o título 'Triunfalismo, etc' e em que a redacção do 'Novidades' continua a insistir. Que confragedora confusão! Que facciosismo e vergonhosa argumentação! Saberá o redactor o que é triunfalismo? No seu entender, o Senhor foi triunfalista porque aceitou a justa homenagem da mulher que o ungiu com perfume, porque para cumprir a profecia messiânica de Zacarias, deu ocasião às aclamações do povo de Jerusalém entrando na Cidade Santa modestamente montado numa jumenta, e porque, diante de Pilatos, se confessou rei; logo, os anti-triunfalistas colocam-se na posição de Judas, que se escandalizou com a atitude da piedosa mulher (porque era ganancioso e ladrão), dos fariseus que se escandalizaram porque o povo de Jerusalém aclamava Jesus como Filho de David, e desse mesmo povo subvertido pelos sacerdotes que, dias depois, rejeitou a realeza de Jesus, exigiu a sua crucifixão e aceitou que o seu sangue caísse sobre as suas cabeças e as dos seus filhos. Bela relacionação! Em conclusão: o anti-triunfalismo é algo diametralmente oposto ao Senhor, é, no dizer do 'erudito' articulista do 'Diário da Manhã', complacentemente citado no número de hoje do 'Novidades', 'tradução satânica do grito da multidão enfurecida quando exigia do consul romano a crucificação de Jesus, etc.', e os anti-triunfalistas são pessoas tão abomináveis como essa *corja* dos Judas, dos fariseus, dos sacerdotes de Jerusalém e dos judeus deicidas!

"Falta-me o tempo para me espraiar e por isso vou procurar concluir depressa. Perguntarei, pois, somente: Que têm a ver aquelas atitudes do Senhor e as dos seus adversários, inimigos ou traidores com triunfalismo e anti-triunfalismo? O redactor é tão crassamente ignorante que não sabe o que é triunfalismo, ou é tão pouco leal que procura iludir a questão, com a agravante de colocar os anti-triunfalistas numa posição execranda? Como entende ele todas as palavras do Senhor (e são muitas) dirigidas aos discipulos e aos próprios Apóstolos, inculcando-lhes a modéstia e a humildade de que Ele mesmo foi sempre exemplo desde

o seu nascimento até à morte? A começar no sermão da montanha e a acabar na última ceia, toda a pregação de Jesus e a sua maneira de viver outra coisa não são senão uma condenação do triunfalismo!

"Repito: sinto vergonha de que o diário católico argumente de maneira tão confragedora. Sinto vergonha e angústia porque o diário católico — como também tem estado a suceder com os artigos a propósito dos 'erros e perigos do nosso tempo' — em vez de tomar uma atitude serena, imparcial e justa, destrinçando bem o erro e a verdade para esclarecimento e orientação de todos, não queira ver senão os extremismos censuráveis e envolva na mesma condenação todos os que fazem a mínima crítica ao estado das coisas, como se a Igreja não incluísse um elemento humano sujeito a imperfeição, erro e até pecado e necessitado de se purificar! Sinto vergonha ainda porque o diário católico não respeitou o sacerdote professor de religião e moral do Liceu de D.Manuel II do Porto, referindo-se ao seu pedido de suspender a sua assinatura e às suas razões sem se declarar autorizado para o fazer e criticando-o sem correcção. Terá V.Exa. coragem de aceitar publicar também esta minha carta? Concedo-lhe toda a liberdade para o fazer, desde que na íntegra e não mutilada como um artigo que em Abril passado lhe enviei.

"Muito me pesa ter de escrever assim; mas outra forma não encontro que possa corresponder às realidades.

"Sem outro assunto

"Lisboa, 1 de Março de 1967

"P^e^. Luis de A.Mafra"

Ainda desta vez Mons. Avelino Gonçalves não me respondeu. Aqui pus ponto final nas minhas intervenções. Também não valia a pena dizer mais nada.

O "Novidades" viria a morrer sete anos mais tarde com o Estado Novo, não resistindo ao 25 de Abril.

Talvez nesta coicidência se possa ver a comprovação dum certo conformismo ou até, em alguns aspectos, consonância de que era acusado.

7

Vinte anos de actividade pastoral

O período da minha vida de padre até à resignação do Senhor D.Manuel Cerejeira em 1971 — cerca de vinte anos — foi predominantemente preenchido pelo ensino de religião e moral, durante treze anos e em dois liceus de Lisboa, e, em simultâneo, por trabalho na Acção Católica (vinte anos) como assistente de organismos e da Junta Diocesana. Entretanto desempenhei diversas outras funções por períodos menos longos, desde actividade paroquial a assistente ou responsável de outras formas de apostolado dos leigos, como a UCIDT e a pastoral familiar. Foi uma experiência bastante diversificada que me ampliou consideravelmente os horizontes, no entanto, por várias razões, muito penosa e, em boa parte, decepcionante. Não me desdobrarei, porém, em explicações porque o objectivo destas notas não é a minha vida ou a minha pessoa mas experiências e factos que poderão ter algum interesse para outros.

Comecei por ser nomeado coadjutor do Montijo e pároco da aldeia próxima de Sarilhos Grandes, em condições pastorais que não tardei a verificar serem absurdas e só admiti pela minha total inexperiência e ingenuidade aos vinte e quatro anos. O que se passou foi para mim de tal maneira chocante e impeditivo de actuação que, ao fim de seis meses, me vi forçado a pedir ao Senhor Patriarca a minha transferência por a situação se me ter tornado intolerável. Conclusão: as nomeações de padres devem ter suficientemente em conta a sua preparação e capacidades e as condições dos lugares para onde são enviados. S. Paulo também passou por experiências que não lhe permitiram demorar-se em todos os lugares por onde passou. Ele, porém, não foi nomeado por ninguém; foi ele próprio que se aventurou em cidades que desconhecia e não o acolheram.

A minha entrada na Acção Católica sucedeu com a nomeação de professor de religião e moral no Liceu de D. João de Castro, em 1951. Primeiro, assistente da JEC do liceu, depois mais da LICF da paróquia de Alcântara, onde também era coad-

jutor, e da JUC do Instituto de Agronomia. Em 1957 assistente da Direcção Geral da JEC, e em 1964 da Junta Diocesana do Patriarcado. Foi um campo de acção razoavelmente vasto, com uma experiência e uma história amplas demais para aqui as referir.

O ensino da religião e moral era, à partida, para mim atraente. Não demorou, porém, muito que lhe conhecesse os espinhos nas condições em que se processava. Tratar desta matéria segundo os programas estabelecidos e ao mesmo tempo para alunos interessados e não interessados ou mesmo de má vontade não resultava capazmente. Uns desejavam aproveitar; outros eram indiferentes; outros não tinham qualquer disposição favorável, e ainda por cima não se coibiam de, por vezes, serem mal comportados, perturbarem as aulas e dispersarem a atenção. As aulas assim tornavam-se bastante cansativas e de resultados pelo menos aparentemente demasiado fracos. Acabei por dizê-lo ao Senhor Patriarca: considerava este regime de religião e moral para todos anti-pedagógico e entendia que só deveriam frequentar as aulas os alunos de facto interessados. Os restantes que fossem educados doutro modo. O Senhor Patriarca respondeu-me que me dava razão mas a solução do problema transcendia-o porque era nacional e implicava com a Concordata. Foi com satisfação que soube mais tarde que o Primeiro Ministro Marcelo Caetano saltou por cima de tudo e estabeleceu precisamente o que eu julgava mais acertado. Já não o experimentei, porém, porque tinha deixado o ensino em 1964.

A partir desse ano a minha actividade começou a deslocar-se predominantemente para o plano diocesano, não só em algumas funções para as quais fui nomeado (A.C., UCIDT), pastoral familiar, etc.), como também orietando-me para ir sendo introduzido na problemática da pastoral diocesana (impulso à reestruturação pastoral do Patriarcado, membro dos Conselhos Presbiteral e Pastoral Diocesano, vogal do Secretariado de Acção Pastoral, etc.). Nesta situação foram quatro as grandes diligências que empreendi: a articulação e unidade de orientação fundamental da A.C. diocesana (sem êxito), a renovação pastoral da Diocese (com grandes insucessos), a mudança da relação Patriarca-Presbiteros num sentido mais dialogante e co-

-responsável (fracasso), e a elaboração de um plano diocesano de acção pastoral (que só veio a tornar-se realidade em 1976 e cuja história tracei em trabalho exclusivo sobre o assunto).

O capítulo seguinte ilustrará em parte a terceira destas actuações.

8

1969 — Ano crítico

Os doze meses de Abril 66 a Abril de 67 — a que já me referi em escritos anteriores —, com várias medidas de início de reestruturação pastoral da Diocese e a manifestação esperançosa de uma determinação do senhor Patriarca, mais não foi, afinal, do que um verão de S. Martinho numa situação pastoral diocesana onde já de há anos tinham começado a brotar e desenvolver-se descontentamentos dos padres. A quebra dessa reestruturação pastoral em 67 e 68, a paragem do funcionamento do Conselho Presbiteral recém-criado, a crise do Seminário dos Olivais e o incidente do P^e^. Felicidade fizeram voltar a adensar-se as nuvens que, por pouco tempo, tinham deixado brilhar um sol animador.

Foi assim que, nos princípios de Dezembro de 68, um dos padres da Residência da Bela Vista me convidou para participar com outros colegas numa reunião "promovida pela Fraternidade do Clero", tendo por objectivo trocarmos impressões sobre os problemas que se punham ao padre na hora actual e, muito concretamente, na nossa Diocese. Embora com o pressentimento de algo que podia não me agradar, entendi que não deveria escusar-me, pois não só seria conveniente manter-me ao corrente das reacções e do pensamento dos meus colegas como a minha presença poderia talvez contribuir para conclusões mais equilibradas e positivas; e, além disso, seria ainda condição para não enfraquecer a boa relação e os laços entre nós existentes, o que considerava fundamental para uma acção construtiva com eles.

A reunião efectuou-se no dia 9 de Dezembro pelo meio da tarde, na sede diocesana da JEC, com a presença de uns quarenta padres, e começou com a referência a alguns problemas que lhes interessava debater. Não tardou, porém, que alguns impacientemente insistissem em dar primazia ao recentíssimo caso do P^e^. Felicidade, visto o mesmo reclamar uma atitude pronta por parte dos que não concordavam com a forma como o Senhor Patriarca o tinha tratado. Era compreensível; mas aqui

começou a desagradar-me porque eu não me sentia suficientemente seguro sobre todos os aspectos da questão e, ainda que talvez mais por paixão do que por má fé, parecia-me estarem nitidamente a querer arrastar a assembleia. Acabaram, porém, por considerar que nem havia que discutir porque tudo era evidente!

Sem mais, entrou-se então imediatamente na apresentação de propostas de acção que de modo algum considerei assizadas nem conformes com o espírito que deveríamos manter. A este desconcerto achei que o melhor seria eu fazer uma contraproposta mais razoável, o que obteve êxito, pois, entre os meus colegas, uma boa parte também não se sentia muito à vontade com as primeiras. E assim ficou aprovado pela grande maioria que dirigíssemos uma carta a Sua Eminência a manifestar-lhe reservas quanto ao modo como o caso do P^e^. Felicidade tinha sido encaminhado e pedindo-lhe que tivesse em consideração os nossos pontos de vista, assim como também outra carta ao P^e^. Felicidade a testemunhar-lhe o nosso apoio nos pontos em que nos colocávamos mais do seu lado. No entanto, logo vários manifestaram o maior cepticismo quanto ao bom acolhimento de tal carta pelo senhor Patriarca, e também a maioria (eu não) votou que, se Sua Eminência não quisesse atender-nos, sem demora se escrevesse uma declaração sobre o assunto para fornecer ao público. A carta seria, pois, um gesto de boa vontade para tentar resolver o problema pacificamente; caso, porém, não resultasse, como já de antemão vários estavam convencidos, então ir-se-ia para a confrontação até pública. Tornou-se manifesto para mim que a alguns faltava uma justa visão de fé, e outros, pouco seguros, se deixavam arrastar por estes. Fiquei deveras desgostoso com esta constatação, mas não me era possível corrigir a disposição de espírito dos meus colegas de modo a não cairem em excessos.

A terminar a reunião trataram de resolver quem iria redigir as cartas, e mais uma vez me envolveram na sua acção, porque me pediram a mim com o P^e^. João Perestrello que o fizéssemos. Para me recusar não tinha razões sólidas; acedendo talvez conseguisse que a forma final dos textos fosse mais conveniente. Aceitei, pois, mas um tanto contrafeito.

Eu e o P^e^. Perestrello começámos por decidir cada um redigir uma forma de carta com vista a depois tentarmos elaborar um texto único. Na impossibilidade de chegarmos a entendimento, apresentámos ambas na reunião dos 40 entretanto marcada. Foi preferida a minha, mas introduzindo-lhe as concretizações algo discutíveis da do P^e^. Perestrello, formuladas, no entanto, de modo menos chocante, mais alguns retoques propostos na altura, e ampliando ainda e concretizando melhor a alusão ao caso do P^e^. Felicidade. Novamente aceitei, não tanto por concordar com tudo como por me parecer que seria mais positivo concorrer para que os meus colegas se mantivessem numa atitude mais moderada. A carta, porém, ainda sofreu algumas pequenas modificações do P^e^. Perestrello, umas que, na minha opinião, a melhoraram, outras que não a favoreceram.

Em síntese a carta, um tanto longa, começava por aludir à inquietação e mal-estar de um número cada vez maior de padres por sentirem e experimentarem falta de articulação pastoral do Patriarca com eles, enquanto os problemas sem solução satisfatória iam atingindo o seu ponto crítico, e seguia, no ponto 2, com uma desenvolvida enumeração de aspectos concretos do governo e da actuação pastoral que motivavam esse mal-estar (entre eles, por ex, passar um ano depois da criação do Conselho Presbiteral sem voltar a reuni-lo). No ponto 3 contestava, ainda, o tratamento dado ao P^e^. Felicidade na sequência das suas recentes atitudes merecedoras de reparo. Depois, no ponto 4, pedia a Sua Eminência que: a) sem demora promovesse o diálogo com os padres da Diocese que o solicitavam; b) o Conselho Presbiteral reunisse com conveniente assiduidade. Terminava, finalmente, num 5° ponto, que concluia com a declaração:"O que pretendemos é que se corrijam situações defeituosas e se enverede urgentemente por uma forma mais sã de governo da diocese, mediante colaboração dos Presbíteros com o seu Bispo, na verdade e na caridade" E num P.S. acrescentava ainda: "Reconhecemos os possíveis inconvenientes da divulgação que poderá vir a dar-se, dado o elevado número de signatários, não sendo nossa intenção a publicidade deste documento". A meu ver a carta mantinha um tom correcto, embora fosse frontal. Algumas das alegações, porém, seriam discutíveis e eu, por isso, teria preferido evitá-las.

Estabeleceu-se então uma semana para recolher assinaturas. Eu, com as alterações e os acrescentos introduzidos no meu texto, ainda hesitei em assina-la. Por fim decidi-me a fazê-lo, na mesma linha de atitude que tomei em todo este processo. E no dia 27 de Dezembro a carta foi entregue no Patriarcado, subscrita por setenta padres. Considerou-se alguns dias mais tarde que o prazo para a recolha de assinaturas fora um tanto curto, pois ainda apareceram mais cinco padres dispostos a assiná-la.

Já em Janeiro, vim a saber pelo P^e^. Orlando que o Senhor Patriarca tinha ficado muito magoado com algumas expressões do texto.

Entretanto, em 31 de Dezembro julguei que seria conveniente enviar uma palavra sobre a carta colectiva a Sua Eminência. Escrevi-lhe, assim, algumas linhas em que, depois de salvaguardar um pouco o sentido da minha assinatura e relativizar em alguma medida um ou outro aspecto formal que menos lhe agradasse, continuei dizendo:

> "Em segundo lugar atrevo-me a insistir no pedido de que Vossa Eminência não menospreze essa carta. Há uma perturbação grave de muitos dos seus padres (mais ainda do que os que a assinaram) que tem muito de fundamentação justa e por isso não deverá ser minimizada. Todos ansiamos por que Vossa Eminência se volte para nós e nos diga: Reconheço os vossos problemas e dificuldades. Vamos examiná-los para determinar com exactidão o que precisa de ser revisto e modificado e assim afastemos os obstáculos que ameaçam o nosso entendimento e colaboração.
>
> "Ousarei dizer-lhe que há colegas que já não acreditam que Vossa Eminência queira ou seja capaz de fazê-lo. Eu — espero que não seja idealista ou ingénuo — ainda acredito que Vossa Eminência tenha a lucidez e a boa vontade necessárias para não desiludir os confiantes".

Passados dez dias após a entrega da carta colectiva, em 6 de Janeiro de 69 efectuou-se terceira reunião dos padres descontentes, em que eu não estive presente até ao fim. Pareceram-me mais ponderados. Do que foi abordado apenas interessa referir

aqui que, já depois de eu ter saído, segundo me informaram reflectiram sobre a forma como haveriam de agir se o Senhor Patriarca não desse qualquer satisfação ao que se pedia na carta. Eu entretanto tinha-os advertido de que era de esperar alguma manifestação de Sua Eminência muito próxima (sabia da preparação pelo Senhor D.Manuel Falcão de um documento sobre a situação pastoral da diocese) e recomendara que não se precipitassem. Efectivamente no dia imediato, 7, foi publicada no "Novidades" uma nota do Bispo de Telepte a anunciar a próxima convocação do Conselho Presbiteral para se reunir na primeira semana de Março (2ª reunião). Terá sido muito possível que a nossa carta colectiva de Dezembro último e outra diligência já efectuada em Outubro tivessem concorrido para esta decisão. Logo no dia 8 apressei-me a escrever a Sua Eminência o seguinte cartão:

> "Senhor Patriarca
>
> "Desejo manifestar-lhe a minha grande satisfação, tanto pela anunciada convocação da 2ªreunião do Conselho Presbiteral, como pela publicação extremamente oportuna da nota de ontem no 'Novidades', que, de maneira tão simples, veio aclarar o horizonte dos inquietos por *lhes dar conhecimento imediato do que está no ânimo de Vossa Eminência fazer*. Com efeito verifiquei certo desanuviamento dos meus colegas com quem ontem tive contacto.
>
> "Confiado em que, a este primeiro passo para normalizar o clima de relações dos padres com Vossa Eminência, outros se sigam, cumprimenta-o com dedicada veneração no Senhor o
>
> "Pe. Luis de A. Mafra"

Dia 23 recebi telefonema da parte de Sua Eminência que me desejava falar.

Recebeu-me e falou-me sem vestígios de azedume, começando por se referir à carta que lhe escrevera em 31 de Dezembro como "um raio de sol" que o alegrara no desgosto por eu ter assinado a carta colectiva, que ele considerava injusta. De mim não o esperava. Passou depois a referir-se, um tanto atabalhoadamente, a alguns pontos que mais o tinham chocado, dando-me porém a ideia de que não tinha entrado bem no nosso

pensamento. Aliás, noutras ocasiões, várias vezes fiquei com a mesma impressão em relação a outros textos escritos. Porque seria? Precipitação? Lê-los a correr ou por alto por lhe faltar tempo?... A finalizar declarou-me que nada nos dissera porque não lhe pedíramos para nos receber (não fora bem assim, mas a forma empregada na carta não seria de facto bastante clara). Por último acrescentou que me fizera esta crítica com a mesma franqueza com que eu já o criticara, e que também chamaria alguns dos outros para se entender com eles.

Retomei então um pouco a questão da minha assinatura e expliquei-lhe mais claramente que, apesar das imperfeições da carta colectiva, considerara que, para todos, era melhor eu assiná-la. O Senhor Patriarca declarou-me que achava justas as minhas razões, estava satisfeito e não era necessário dar-lhe mais nenhuma explicação. Acrescentei ainda, em seguida, que estava a notar na maioria dos meus colegas uma maior ponderação e que a sua disposição de espírito fundamental era séria, havendo neles um desejo sincero de bom entendimento com o seu Bispo. Tudo dependia de como Sua Eminência se comportasse para com esta atitude de espírito. Por último, para que o Senhor Patriarca se compenetrasse de que deveria tomá-los a sério, informei-o do que, em desespero de causa, poderiam fazer se não se vissem convenientemente atendidos. Sua Eminência perguntou-me então, deixando transparecer alguma ansiedade, se a notícia da próxima convocação do Conselho Presbiteral e a publicação do documento sobre a situação pastoral da Diocese que estava a acabar de preparar seriam bastantes para satisfazer os padres e contê-los; e eu respondi-lhe que dependia do teor desse documento que, se fosse possível, poderia ser útil aparecer até ao dia 27, em que voltariam a reunir-se.

Este documento — Carta de Sua Eminência ao clero do Patriarcado — sobre a situação pastoral da Diocese, foi efectivamente publicado em 27. Tinha aspectos muito válidos, mas apresentava também várias passagens que suscitariam má impressão ou, pelo menos, reticências. Assim, na realidade, reagiram alguns padres. À tarde, na 4ª reunião dos 40 descontentes, em razão do aparecimento da carta pastoral foi decidido suspender a apreciação de uma declaração ao público com que

alguns já tinham avançado. Pensou-se que o que havia a fazer era contribuir para o êxito, na nossa perspectiva, da reunião do Conselho Presbiteral (apesar de nem todos acreditarem). Foi observado, porém, que, sem uma atitude positiva de Sua Eminência em relação ao caso do P^e^. Felicidade, não seria possível tirar resultados satisfatórios dessa reunião. Alguém então se lembrou da ideia que eu já insinuara de pedir ao Senhor Patriarca que recebesse uma delegação nossa para tratar do assunto. A ideia foi aprovada e designaram-me a mim com os padres António Correia, José Magalhães e Manuel Frango para constituirmos essa delegação, que veio a ser recebida por Sua Eminência no dia 6 de Fevereiro. Entretanto em 29 de Janeiro ainda voltei a escrever ao Senhor Patriarca a informá-lo da reacção dos padres à carta pastoral e das suas últimas disposições, assim como a insistir na necessidade de diligência e boa vontade da sua parte, o que Sua Eminência prontamente me quis agradecer em cartão do mesmo dia, e em que também me afirmava a sua disposição para fazer o possível no sentido de salvaguardar a comunhão na caridade.

No dia 6 de Fevereiro o Senhor Patriarca acolheu-nos muito sereno, mas preveniu-nos logo de início de que só poderia dar-nos uma hora porque o Núncio Apostólico precisava de falar com ele urgentemente.

Conforme os quatro tínhamos combinado, eu introduzi o encontro expondo sumária mas ordenada e claramente toda a problemática da questão, de modo a não deixar lugar a falhas ou dúvidas. No tocante ao P^e^. Felicidade acrescentei que tinhamos contactado com ele, nos declarara que vinha progressivamente a arrefecer, e que o caminho para solucionar o seu caso seria apenas encontrar-se com Sua Eminência, embora só com a presença de uma terceira pessoa, ou então a aprovação de uma proposta do Conselho Presbiteral para rever todo o processo e se lhe fazer justiça.

Seguiu-se diálogo dos meus colegas com o Senhor Patriarca, sem exaltações, mas que foi um tanto atabalhoado. Deste modo não foi possível encaminhá-lo para conclusões definidas e bem estabelecidas, tanto mais que, efectivamente, o Núncio veio interromper. Teria sido preciso mais tempo e ordem. Saímos,

pois, insatisfeitos e sem saber qual seria o seguimento. Ainda juntos, notámos logo quer as nossas falhas quer as de Sua Eminência e decidimos pedir-lhe novo encontro a fim de cumprirmos efectivamente a nossa missão. Soube entretanto, alguns dias depois, pelo D. Manuel Falcão, que o Senhor Patriarca tinha gostado da conversa connosco e estava interessado em prossegui-la, chegando mesmo a afirmar que o tínhamos ajudado a ver alguns aspectos noutra perspectiva. Fiquei surpreendido, pois imaginara que, pelo contrário, tivesse ficado maçado.

Sem querer perder tempo, logo no dia 8 voltei a escrever a Sua Eminência a pedir-lhe que nos recebesse de novo para continuarmos o diálogo e tentarmos chegar a uma conclusão. Aproveitei também para analisar um pouco a forma como o nosso primeiro encontro havia decorrido e apontar-lhe as falhas. Entre outras, dizia: "Outro aspecto é que, segundo me parece, nos perdemos demasiado em factos concretos e pormenores que exigiriam muito mais vagar para se aclararem suficientemente e nem sequer constituiam o objectivo da nossa audiência. Desejei apontá-lo, mas o ritmo da conversa e a limitação de tempo fizeram-me calar". E logo à frente: "Depreendi também que Vossa Eminência nem sempre terá interpretado o que lhe foi dito na carta no sentido que nós pretendemos". Por último retomava uma vez mais a questão do P^e^. Felicidade pela importância que ela revestia, e, a finalizar as considerações que me pareceram mais pertinentes, concluia: "Mas porque não promover o contacto e o diálogo com o P^e^. Felicidade nos moldes que eu em Novembro propus a Vossa Eminência? Se efectivamente é de recomendar, por todos os motivos, a solução do problema, estou convencido de que será este o caminho adequado e ainda possível".

A resposta de Sua Eminência só me chegou no dia 24 (Fevereiro), e de forma decepcionante: encontrava-se extremamente ocupado e só depois da reunião do Conselho Presbiteral poderia voltar a receber-nos. Quer dizer que iríamos para a reunião decisiva do Conselho sem termos acertado suficientemente as ideias.

A reunião do Conselho (4-7 de Março) a meu ver foi um fracasso, quer no que se referia ao P^e^. Felicidade quer no tocante ao aspecto pastoral. Quanto ao primeiro, o Senhor Patriar-

ca tomou ele próprio a iniciativa de falar logo no princípio: assumiu toda a responsabilidade, mas fechou-se a qualquer hipótese de revisão e solução diferente; quanto ao segundo aspecto, foi prejudicado pelo tempo gasto com o primeiro, perturbado pela atitude de Sua Eminência, e, na minha opinião, mal conduzido. Tudo devia ter sido tratado doutra maneira. O Senhor Patriarca não terá sabido agarrar convenientemente a questão e encaminhar as coisas de forma satisfatória. A explicação admito que tenha sido deficiência de visão, escassez de tempo para ponderar tudo, e, possivelmente ainda, a insuficiente experiência deste tipo de reuniões, pois era apenas a segunda do Conselho Presbiteral.

Desolado, manifestei-lho por uma carta amarga e quase patética que lhe escrevi uma semana depois, no dia 15, e que — soube-o pelo C° Amaro — o Senhor Patriarca "não entendeu"(!!!).

Que seguimento tiveram todas estas diligências? Limito-me a transcrever duas notas do meu diário:

17 de Março de 1969 — "Na 5° reunião de padres na sede da JEC — a que não me senti com disposição para ir — foi decidido tentar continuar o diálogo com Sua Eminência através da delegação (de que eu já me recusei a continuar a fazer parte)".

28 de Abril de 1969 — "Hoje os padres Magalhães, Correia e Frango voltaram a ser recebidos pelo Senhor Patriarca. A expressão de síntese do P^e^. Magalhães foi de que lhe disseram tudo, embora amigavelmente, e que ficou com certa esperança de que não tinha sido em vão. Também já comigo se passou o mesmo e acabei por ser desiludido. Por isso praticamente não tenho esperança nenhuma".

*

30 de Junho de 1969 — " Por proposta do Dr. Vasco Moniz, encontrámos-nos hoje eu, ele e os padres José Carlos, Perestrello, Albino Cleto, António Correia, Faria Lopes e Onofre para reflectirmos sobre a ordem dos trabalhos da 3ª reunião do Conselho

Presbiteral, a efectuar-se em 1 e 2 de Junho. Há cinco dias apenas conhecíamos o enunciado dos dois temas fundamentais, com interesse sem dúvida, mas havendo por certo outros mais prementes. Entretanto recebemos todo o programa da reunião, mas considerámos que, de qualquer forma, deveríamos fazer os nossos reparos, não aceitando o seguimento da reunião sem sermos ouvidos. Ficou assente que deveríamos pedir a palavra logo após a leitura da acta. Fundamentalmente será lido o texto que eu redigi, mas convirá que a minha intervenção seja preparada pelas de outros, que ficaram mais ou menos designados".

A questão era a do funcionamento da reunião do Conselho em condições de render. O texto referido foi uma exposição de pouco mais de duas páginas dactilografadas com três pontos: 1° — com base no decreto conciliar PO, 7 e outros, pretendi definir bem o carácter e a finalidade do conselho presbiteral; 2° — enumerei cinco condições básicas para o conselho funcionar com eficácia segundo o que foi dito no 1°; 3° — declarei, concretizando, que estas condições não foram observadas em relação à presente reunião do Conselho, e a este propósito pedi esclarecimentos. Era de facto de necessidade premente o Conselho ser entendido e funcionar devidamente para não continuarmos sem enfrentar a problemática presbiteral e pastoral da Diocese como se impunha.

Sua Eminência não ouviu com agrado as minhas declarações e esquivou-se a considerá-las. Mais uma vez verifiquei que a sua noção do exercício do ministério episcopal em relação aos presbíteros ainda se mantinha em moldes bastante pré-conciliares (compreensível), sem lhes dar suficientemente o lugar que o Concílio lhes atribui, partilhando mais com eles, pelo diálogo, o governo pastoral da diocese, assim como confirmei o equívoco obcessivo de que os presbíteros queriam invadir o campo da sua competência exclusiva, o que apenas assumiria alguma verdade por parte de um ou outro. Em carta que lhe escrevi logo a seguir (8 de Julho) dizia-lhe a este respeito:

> "Vossa Eminência têm insistido muito na simples função de auxílio a prestar-lhe do Conselho Presbiteral (órgão consultivo, problemas pastorais em relação aos quais sente necessidade de o

ouvir...). Eu estou convencido de que os documentos conciliares a apresentam como mais ampla e temo que isto não chegue a ser considerado. Por isso tomo a liberdade de lhe enviar junto uma cópia das observações que li na última reunião e de lhe indicar o que a este respeito escrevi num artigo publicado no penúltimo B.D.P. (a propósito do Conselho Pastoral)".

*

A incapacidade de Sua Eminência para uma renovação (direi conciliar) do exercício da co-responsabilidade entre ele e os padres, num sentido mais dialogante, de escuta e maior consulta e partilha dos problemas pastorais diocesanos, levou parte dos inconformistas a um afastamento e praticamente rotura, permitindo-se acções de revisão disciplinar e pastoral e tomando decisões à margem do Pastor diocesano, que acabariam por conduzir muitos ao abandono do ministério e alguns até da Igreja. Apoiaram a 1ª Assembleia europeia dos padres, em Coire (Suiça — 1 e 2/7/69 — presentes 110 padres delegados de algum clero de diversos países europeus), e a 2ª, em Roma (a partir de 11 de Outubro — presentes alguns padres do Patriarcado), assim como também promoveram uma reunião no Entroncamento (estivera para ser em Fátima) de 24 a 26 de Novembro do mesmo ano (presentes mais de 60 padres de várias Dioceses do país e institutos religiosos). A mim propuseram-me que me solidarizasse, mas recusei. Entendia que todo o esforço renovador na Igreja tinha de ser com o Bispo, mesmo entrando em desacordo e mesmo que sem êxito, e não à margem dele. A carta que, em 10 de Novembro, o Senhor Patriarca dirigiu aos padres foi um alarme tardio para suster o esboroamento que eu admito poderia ter evitado, pelo menos em boa parte, se a tempo tivesse actuado adequadamente. Não estou a condená-lo; apenas — com pesar o digo — a fazer a leitura dos factos tais como eu os vivi. Mais do que surgirem problemas, o mal é sobretudo não se fazer o que esteja ao alcance ao menos para tentar resolvê-los.

1969 chegou ao fim. A estrela do Senhor Patriarca tinha empalidecido para mim e a minha relação com ele sofrido um considerável abalo.

Por isso não quis participar na concelebração e almoço, em 2 de Fevereiro 70, que um grupo de padres tomou a iniciativa de promover para comemorar o 40º aniversário da sua entrada na Sé de Lisboa como Bispo da nossa Diocese (além de estas comemorações a esmo não me convencerem). Escrevi-lhe apenas um cartão a declarar-lhe os motivos da minha ausência, sem deixar de lhe manifestar consideração e amizade e apresentar "votos de feliz coroamento da sua acção sacerdotal ao serviço do Patriarcado de Lisboa". Sua Eminência agradeceu-me um mês depois acrescentando, no entanto, que o "desentendimento", com o qual ambos sofríamos, lhe parecia resultar de confusão entre a competência do padre e a competência do Bispo.

*

Em meados de Abril de 71, um padre escreveu-me alarmado com boatos de determinado Bispo vir a suceder ao Senhor D.Manuel Cerejeira e pedia-me para fazermos alguma coisa no sentido de o evitar. Também a mim não me parecia desejável essa hipótese; mas fazermos o quê? O Núncio Apostólico não nos inspirava suficiente confiança. Pensei então em enviar uma carta (não pelo correio, que podia ser devassado pela PIDE) a alguém com poder no Vaticano e que nos parecesse atender convenientemente a nossa preocupação. O Pe. Janela, prestes a regressar a Roma, recomendou-me o Cardeal Secretário de Estado Adjunto, Mons. Giovanni Benelli. Não hesitei mais. Em 24 de Abril redigi a carta (confidencial) em francês e pedi-lhe para ser seu portador. Alguns dias depois escrevia-me (em linguagem disfarçada!) a certificar-me de que a fizera chegar ao seu destino.

Nela fazia uma apreciação, que procurei ser justa, da actuação pastoral do Senhor Patriarca, falava-lhe da deficiente situação presente da nossa Diocese e acrescentava: "E com o estado da atraso a que a nossa diocese chegou, a desorientação

cada vez maior de padres e leigos perante os problemas que se lhes deparam, e com tudo ainda que o pós-concílio nos trouxe, começou a sentir-se desespero e irritação, não tendo faltado quem vire as costas, e até os que considero mais sensatos principiaram a afligir-se e a ser de opinião que o nosso Patriarca, sem lhe negarmos as qualidades e os méritos, deve urgentemente ser substituído. Respira-se um clima de ansiedade pela sua resignação, que Sua Eminência, aliás, já declarou ao Conselho Presbiteral que deseja. No entanto, ele vai continuando no seu lugar, e não sabemos se a Santa Sé tem noção do prejuízo que esta permanência está a causar no Patriarcado de Lisboa"

Por último, abordava o assunto da sucessão: qualidades particularmente importantes no novo Patriarca, dificuldade de escolha no nosso episcopado, e sugestão de três nomes de certo consenso, o terceiro dos quais era o Senhor D. António Ribeiro.

Inesperadamente, no dia 13 de Maio, com alívio e esperança, tivemos conhecimento da sucessão do Senhor D. Manuel Cerejeira. No dia seguinte o P^e^. Serrazina, chegado de Roma, trouxe-me uma carta de Mons. Benelli acusando a recepção da minha e manifestando bom acolhimento. O P^e^. Serrazina referiu-me também que, embora Mons.Benelli desejasse falar com ele, não fora possível encontrarem-se. Contactara, no entanto, com um padre da Cúria Romana, a quem prestou informações a meu respeito e declarou o que pensava sobre a sucessão do nosso Patriarca, pedindo-lhe para o transmitir a Mons. Benelli. Ficara ainda com a impressão de que a minha carta tinha interessado.

Quanto a ter influenciado a decisão anunciada na véspera, dada a sua data recente tenho absolutamente por certo que tal não sucedeu.

P^e^. Luis de A. Mafra
Outubro de 1996

Aspectos da aplicação do Concílio no Patriarcado[1]

[1] Texto inicialmente preparado para os "Dias de actualização teológico - pastoral do clero do Patriarcado de Lisboa", em 1991.

Acabam de completar-se vinte e cinco anos sobre a conclusão do Concílio Ecuménico Vaticano II, encerrado em 8 de Dezembro de 1965.

Decorrido este lapso de tempo, será oportuno olharmos para trás e atentarmos no que, entretanto, se foi realizando no Patriarcado com vista a introduzir o seu pensamento e a aplicar as suas orientações e disposições. Verificá-lo poderá ser útil para proseguirmos melhor o nosso trabalho pastoral.

Com este objectivo me foi pedido que vos fizesse uma exposição sobre o tema "A projecção do Concílio nas estruturas pastorais do Patriarcado de Lisboa". Seria um esquema descarnado e fastidioso ou o processo mais vivo dos acontecimentos? De qualquer forma, era questão para mim muito vasta e complexa, por isso extremamente difícil de tratar e apresentar em tempo e espaço reduzidos! Sem a mínima dúvida, dá para escrever um volume! Bastante trabalhosa a recolha de dados, complicada a sua análise e articulação, e tormentosa a sua síntese! Por esta e ainda outras razões, com a contingência de referências pessoais pelo menos delicadas, a minha primeira reacção foi de me recusar. E porque havia de ser eu a falar sobre o assunto? Não sou estudioso e especialista da matéria; apenas um protagonista de acontecimentos, mais ou menos nos primeiros dez anos que se seguiram ao Concílio, numa posição diocesana — a de assistente da Junta Diocesana da AC do Patriarcado, etc. — que me inseriu um pouco mais neles. Não poderia, pois, ir além de referir aquilo de que ainda me lembro, de que conservo notas e documentos ou me seria possível recolher alguns dados, e acrescentar as minhas impressões pessoais. A insistência, porém, apesar da minha relutância e destas limitações, acabou por me levar a aceder, dando simplesmente à exposição o carácter de um depoimento sobre a minha relação com a reestruturação pastoral diocesana mais ou menos naquele período e vivência de que entretanto foi ocorrendo. E apenas para melhor apreciação do que vos vou dizer, acrescentarei quatro indica-

ções: asseguro a exactidão dos factos; as minhas considerações, embora inevitavelmente subjectivas, terão a máxima preocupação da objectividade; por rigor de informação e de história, não disfarçarei as minhas intervenções a pretexto de modéstia; e, relativamente à actuação de outros, algumas vezes não poderei deixar de ser algo discreto por respeito pelas pessoas e para evitar qualquer dano.

1

Arranque da reestruturação pastoral post-conciliar do Patriarcado

1.1 — Não tenho suficiente lembrança e ideia da situação pastoral do Patriarcado antes do Concílio para hoje me poder pronunciar sobre ela, tanto mais que então me encontrava confinado a algum trabalho de coadjutor e com a juventude estudantil. Grande risco correria de dizer tolices e de ser injusto. A minha experiência tinha-se desenvolvido mais em actividades não exclusivamente diocesanas, como o ensino da religião e moral nos liceus e a AC. A convivência com outros colegas, a partir de 1963, na residência de assistentes diocesanos da AC, na Rua da Bela Vista à Lapa, em Lisboa, e o desenrolar do Concílio entretanto iniciado (11 de Outubro 1962), é que me foram aproximando mais da realidade e situação pastoral do Patriarcado. Além de deficiências de que eu já dera conta, fui deparando com a insatisfação e descontentamento de elevado número de padres em relação a outros aspectos, e observei como o espírito renovador do Concílio neles produzia uma animação e despertava uma esperança notáveis. De facto, desde o princípio — e o seu desenvolvimento só o reforçou — o Concílio foi de *forte impulso* na Igreja — seja-me permitido o termo, de *empurrão* — sacudindo-a, despertando-a e impelindo-a para uma actuação mais como o povo cristão e o mundo precisavam. Por outra forma, poderemos também dizer que foi de *rectificação* e *aggiornamento*. De rectificação, pois pretendeu ajustar melhor a maneira de entender a Igreja e a sua vida ao Evangelho; de "aggiornamento", na medida em que procurou que ela tivesse na devida conta as mudanças sócio-culturais do mundo e as suas condições novas e em mutação; tudo isto, lembre-se, sem entrar em rotura com a sua verdadeira tradição de fé e de experiência pastoral, como não poderia deixar de ser.

E assim, numa certa insatisfação e expectativa, chegámos ao fim da 4ª e última sessão do Concílio, em Dezembro de 1965.

1.2 — Desde logo, ainda que com graus diferentes de interesse e empenhamento, bispos, padres e leigos do Patriarcado acolheram a renovação eclesial do Concílio com sentido de responsabilidade e mesmo com entusiasmo, e pretenderam aplicá-la à nossa Igreja. Muitos passos iriam ser dados ao longo destes 25 anos que já decorreram, e talvez até se possa dizer que de forma notável. Sem dúvida não se deram todos os necessários, e nem sempre da maneira mais desejável; é, porém, compreensível, e naturalmente nem poderia ter sido de outro modo. Julgo que, em vários pontos, andámos bastante; noutros ainda teremos muito que caminhar.

Voltando ao fim do Concílio, princípio de 1966, o anseio, sobretudo dos padres mais novos, por um início rápido de renovação pastoral da nossa Diocese era manifesto. Todavia, ao cair do pano sobre o palco de S.Pedro sucedeu completo silêncio do nosso Patriarca durante os primeiros meses. Como se o que se passara mão merecesse uma palavra! Chocou-nos e causou-nos mal-estar. Admito perfeitamente que Sua Eminência tivesse intenção de agir. Mas fechou-se demasiado sobre si próprio, talvez, quem sabe, pela sua conhecida maneira de ser e de actuar, e é possível que também pelos seus muito afazeres. Pareceu-nos, no entanto, que depois de acontecimento de tal monta, com tantas e tão grandes consequências para toda a Igreja e, portanto, também para o Patriarcado, deveria dizer algo, ao menos aos seus padres: sua impressão do Concílio, intenções, uma certa partilha do seu espírito e preocupações de pastor. Não o terá percebido, porém, e nada nos comunicou.

Foi nesta circunstância que, passados três meses, um dia, na residência da Bela Vista, eu e o P^e^. António Serrão conversámos sobre o assunto. Entendíamos que era preciso pegar quanto antes nas perspectivas do Concílio e começar a aplicá-las. A Diocese estava demasiado e urgentemente necessitada de remodelação pastoral para continuarmos à espera. Como fazer? E o P^e^. Serrão sai-se então com aquilo a que ele próprio chamou uma "ideia maluca": — Porque não tentar provocar qualquer coisa um pouco à maneira de um sínodo? A faísca, ateada pela vibração do espírito, saltara e iria mesmo pegar fogo! Mais

maluca ou menos maluca, senti que não era de a perder, e logo, como responsável da residência, declarei ao P^e^. Serrão que levaríamos o assunto à próxima reunião dos padres da casa, que então efectuávamos mais ou menos mensalmente.

1.3 — A reunião ocorreu em 14 de Março, e nela todos concordaram que a ideia merecia ser apreciada noutra reunião expressamente para esse efeito. Marcámo-la para o dia 21, uma semana depois, restringida aos padres da casa pertencentes ao Patriarcado de Lisboa. Para ela eu convidaria também outros colegas que julgámos poderiam dar um contributo de particular valor: o C° Manuel Falcão, Director do SIR (Secretariado de Informação Religiosa, nacional) e do BIP (Boletim de Informação Pastoral, nacional também), e os padres Felicidade Alves, Dr. João A. de Sousa, Honorato Rosa e João Alves.

Afinal a reflexão, até chegarmos a uma conclusão prática, estendeu-se por duas reuniões, uma na data já combinada de 21 de Março e outra pouco depois, em 4 de Abril. Nelas estivemos presentes os padres da casa Serrazina, José Carlos Sousa, Lereno Dias, Dr. Orlando Leitão. José Magalhães, António Serrão e eu e os convidados, que aceitaram, tendo apenas faltado o P^e^. Honorato na segunda, por impedimento imprevisto, e o Dr. João A. de Sousa em ambas, primeiro também por impossibilidade, depois talvez por esquecimento.

A reunião de 21 de Março foi para uma primeira abordagem do assunto, que todos consideraram ser francamente de interesse como base para uma tentativa de actuação. Entretanto Sua Eminência também já havia pedido ao C° Falcão que lhe desse sugestões para a criação de um conselho pastoral diocesano. Achámos, porém, que não seria de começar por aí. As ideias debatidas não foram, no entanto, suficientes para definirmos um rumo, e, por isso, marcámos nova reunião.

A segunda foi conclusiva. Para ela tínhamos elaborado trabalhos o C° Falcão, o P^e^. Felicidade e eu. O C° Falcão,uma exposição esquemática de cinco folhas dactilografadas em formato almaço, muito ampla e pormenorizada, enumerando as necessidades pastorais, focando problemas relativos aos agentes da pastoral e exigências para a dinamização pastoral da Dio-

cese, e que terminava com a proposição da 1ª fase de um programa de renovação pastoral. O Pe. Felicidade trouxe um texto mais curto, acompanhado de um organigrama, a focar antes o aspecto organizativo e propondo diversos orgãos e algumas iniciativas que considerou mais urgentes. Eu, apenas enunciava seis medidas primárias, de entre as quais aproveito para apontar a de "elaborar um plano de acção pastoral" por ser a primeira referência ao que só dez anos mais tarde viria a concretizar-se. Perante o emaranhado de problemas e de perspectivas, acabámos por decidir que o Cº Falcão, em nosso nome, apresentasse ao Senhor Patriarca a proposta de constituir uma comissão provisória que o ajudasse a projectar a reestruturação pastoral da Diocese.

Faço aqui uma pequena interrupção no desenrolar dos acontecimentos para confirmar o fundado da insatisfação de padres e leigos, a que atrás me referi, com duas citações do texto do Cº Falcão, pessoa que, estou certo, todos nós consideramos insuspeita. Podemos ler no seu documento de trabalho " Para uma pastoral pós-conciliar no Patriarcado de Lisboa": "A estagnação pastoral verificada no Patriarcado provoca mal-estar no clero e leigos mais esclarecidos (0.1.); e "Reina actualmente na diocese um clima de mal-estar e desconfiança da possibilidade de , nos anos próximos, se entrar num período de vitalidade pastoral. Este clima é acompanhado de desorientação e desordem, a denotar a falta de uma cabeça pastoral diocesana. É opinião generalizada a incompetência do governo central da diocese, por se encontrarem sem resposta muitos problemas da pastoral diocesana e não terem sido cumpridas certas promessas de renovação diocesana" (3.1).

1.4 — Tais declarações não podiam deixar dúvidas sobre a justificação das nossas diligências que, animadoramente, afinal encontraram bom acolhimento do Senhor Patriarca, cujo zelo e recta intenção eram aliás indiscutidos. Sua Eminência manifestou-se inteiramente aberto à nossa proposta apresentada pelo Cº Manuel Falcão, e logo publicou um Decreto, com a data de 18 de Abril de 1966, a criar a "Comissão preparatória da reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa", constituída por

três membros do nosso grupo — C° Falcão, com as funções de presidente, P^e^. Felicidade e P^e^. Serrazina — e mais dois — P^e^. Álvaro Proença e P^e^. Manuel Pedro Branco. Nele fazia apelo a todos — bispos auxiliares, padres, religiosos e leigos — para darem o seu contributo para a renovação conciliar, e declarava esperar da comissão "um trabalho sério, fecundo e ao mesmo tempo rápido, como pedem as circunstâncias"; afirmava, no entanto, que, dada "a vastidão e complexidade da obra" e os "estreitos limites" das possibilidades suas e da diocese, "não são (...) de esperar medidas espectaculares nem em ritmo revolucionário". Por último, indicava cinco pontos que encarregava a Comissão de estudar: reestruturação pastoral da Diocese, conselho pastoral diocesano, secretariado técnico de pastoral, previdência do clero e divisão do Patriarcado em zonas pastorais.

Os termos deste Decreto pareceram-nos um bom início. Por isso todos nos congratulámos em reunião que ainda havíamos marcado e realizámos em 25 do mesmo mês de Abril. Nela também prometemos ao C° Falcão voltar a reunir-nos se a Comissão entendesse útil consultar-nos.

1.5 — Logo após a nomeação da Comissão preparatória e — coincidência curiosa! — precisamente durante um ano (18 Abril 66 — 18 Abril 67), desencadeou-se uma sucessão invulgar de medidas e realizações, impulsionadas, assim o creio, pela mesma Comissão. Passo a indicá-las:

29 Maio 66 (Festa do Pentecostes) — *Novo Decreto do Cardeal-Patriarca:*

> — Estabelece (n.4) a "divisão da diocese em unidades pastorais mais vastas que as paróquias e vigararias que permita (ao Patriarca) repartir com alguns colaboradores mais próximos as responsabilidades maiores do governo diocesano". Em "primeira fase" são três *regiões pastorais* — Lisboa, Santarém e Setúbal — e a de Lisboa dividida em oito *zonas*: quatro — Centro, Norte, Ocidental e Oriental — na cidade de Lisboa; Termo (concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra e Loures), Oeste (concelhos de Mafra, Sobral, Torres Vedras e Lourinhã), Noroeste (paróquias do distrito

de Leiria, do Bombarral a Nazaré) e Ribatejo (restantes paróquias orientais, do concelho de Cadaval ao de Vila Franca de Xira);

— Promete (n.5) a nomeação próxima de *vigários episcopais* para as três regiões pastorais e de *responsáveis* para as oito zonas da Região de Lisboa;

— Anuncia (n.6): "... decidimos convocar, para encontro íntimo connosco, de oração e estudo, o clero que no Patriarcado se encontra pastoralmente mais responsabilizado ou possa dar especial contributo para os objectivos em vista". Seria uma assembleia do clero, como já fora feito em algumas Dioceses estrangeiras, e que o Patriarca considera como *primeiro passo para a constituição do conselho presbiteral*. Terá lugar (Decreto, 3°) nos fins de Setembro, com participantes determinados, e será preparada (Dec., 4°) pela Comissão preparatória. Deverá pronunciar-se (Dec., 3°) sobre: conselho pastoral, secretariado de acção pastoral, comissão de actualização doutrinal, serviço de formação apostólica e previdência do clero;

— Tem para os leigos (n.7) uma palavra de reconhecimento da sua co-responsabilidade eclesial e aponta para o conselho pastoral.

16 Julho 66 — *Provisão* a designar os encarregados das três regiões pastorais — Lisboa: D. António Xavier Monteiro (vigário geral); Santarém: D. António de Campos (vigário geral); Setúbal: C° Dr. João Alves (*vigário episcopal*) — e a nomear os responsáveis das oito zonas da Região de Lisboa.

25 de Setembro a 1 de Outubro 66 — *I^a Assembleia do Clero do Patriarcado.*

Esta Assembleia — cujos trabalhos preencheram uma semana inteira (final de domingo 25/9 a sábado seguinte) na casa de retiros da Buraca, tiveram a participação de cerca de 120 padres e contaram sempre com a presença do Senhor Patriarca — confirmou a grande esperança de uma séria reestruturação pastoral da Diocese, em resposta às deficiências verificadas e na aplicação da renovação conciliar, quer pela disposição manifestada por Sua Eminência, quer pelo interesse, dinamismo,

capacidade, franqueza e clima de bom espírito dos padres. Terminámo-la vivamente animados, embora conscientes do árduo caminho a percorrer pela dimensão dos problemas e pelas inúmeras deficiências conhecidas. As proporções da obra, porém, não nos assustavam nem desalentavam porque, quando há disposição de caminhar e se acerta o passo, os resultados vão-se obtendo, se não tão depressa pelo menos mais lentamente, como vai sendo possível.

Fundamentalmente a Assembleia constou de exposições sobre a generalidade dos aspectos da pastoral e reflexão por grupos sobre os mesmos, com sugestões e propostas. Os resultados foram apresentados num comunicado final, em que, de entre o muito que se diz, se pede a criação do Conselho Presbiteral, do Conselho Diocesano de Pastoral, do Secretariado de Acção Pastoral, do Serviço Diocesano de Informação, e de uma comissão que ponha a funcionar um sistema provisório de assistência ao clero idoso, inválido ou doente, já em Janeiro próximo, e apresse o estudo de uma solução definitiva. O Senhor Patriarca exprimiria com entusiasmo a sua satisfação e apreço pelo modo como a reunião da Assembleia decorreu e pelos resultados atingidos, nos n. 1-3 do seu Decreto seguinte, dois meses depois, em 29 de Novembro.

Não tenho conhecimento do que levou Sua Eminência a convocar esta prometedora Assembleia (designada como I^{a}, mas que, no entanto, foi a única). Talvez proposta da Comissão preparatória, por efeito da participação de alguns dos seus membros nas reuniões da residência da Bela Vista. Se assim foi, poderemos ver nela uma certa concretização da "ideia maluca" do P^{e}. António Serrão, que afinal não foi tão "maluca" como isso, mas antes acabou por se revelar uma ideia acertada.

29 de Novembro 66 — *Novo Decreto do Patriarca*, a criar dois dos cinco órgãos recomendados pela I^{a}. Assembleia do Clero — os que Sua Eminência prudentemente julgou oportunos e viáveis:

— Secretariado de Acção Pastoral, como "orgão coordenador e animador de toda a pastoral diocesana", incumbido também de prosseguir "os estudos e trabalhos" cometidos à "Comissão prepa-

ratória da restruturação pastoral do Patriarcado", que o mesmo Decreto extingue. O presidente da Comissão, Cº Manuel Falcão[2], passa a Director deste Secretariado;

— Comissão da Previdência e Assistência do Clero do Patriarcado, presidida pelo Pe. Álvaro Proença.

Os conselhos presbiteral e pastoral teriam de aguardar que a Conferência Episcopal assentasse em princípios comuns, o que só veio a suceder em Maio de 67.

1 Janeiro 67 — *Decreto* sobre redimensionamento pastoral do Patriarcado.

Mantém basicamente e completa o estabelecido pelo Decreto de Maio 66, apenas com retoques de pormenor e a divisão da Região de Santarém, "caracterizada por vasta extensão e relativa estabilidade sócio-religiosa", em três zonas: Santarém, Norte e Além-Tejo.

2 Fevereiro 67 — *Decreto* de criação da Fraternidade Diocesana de Previdência e Assistência ao clero — na sequência do trabalho e propostas da Comissão criada pelo Decreto de 29 de Novembro 66, dois meses antes.

8 Fevereiro 67 — *Instrução pastoral* sobre a celebração do mistério pascal e particularmente dos sacramentos do baptismo e da penitência.

18 Abril 67 — Encontro, na casa de retiros da Buraca, dos encarregados das Regiões Pastorais e Director do SAP com os responsáveis de zonas e vigários forâneos, para o lançamento de uma pastoral de conjunto.

1.6 — O dinamismo pastoral de Sua Eminência e dos padres que lhe deram apoio neste espaço de um ano afigura-se-me notável. O processo de reestruturação pastoral foi lançado num

---

[2] Eleito Bispo de Telepte e Auxiliar do Patriarcado em 6 de Dezembro de 1966.

ritmo que não podia deixar de nos causar satisfação e alimentar esperanças. Seria mesmo de pensar que não poderia manter-se tão acelarado e continuar a apresentar-nos novas medidas com tão pequenos intervalos. Depois do arranque, seria de ir dando outros passos já em ritmo mais lento. Todavia, o que sucedeu foi que, a partir da última data apontada, eu e muitos outros tivemos a sensação duma quebra e descoordenação até à resignação do Senhor D. Manuel Cerejeira, em Maio de 1971. Porquê?

Esta sensação e a maneira de agir própria do Senhor Patriarca concorreram, com outros factores, na minha opinião, para a grande crise do clero da Diocese que viria a declarar-se a partir de 1968.

Entretanto, até ao final de 1967 Sua Eminência ainda deu mais um passo no prosseguimento da reestruturação pastoral. Por *Decreto* de 18 de Novembro de 1967 (aniversário da sua elevação a Patriarca de Lisboa) criou o Conselho Presbiterial e convocou a sua primeira reunião para o dia 19 de Dezembro seguinte.

2

1968 — Embaraços, crises e degradação da atmosfera diocesana

2.1 — Se a criação do Conselho Presbiteral ao findar de 1967 foi mais uma inovação pastoral animadora, a sua 1ª reunião de um dia descontentou pelo menos cerca de metade dos 24 padres que nela participaram, metade essa em que se incluiam os mais novos. Sentimos que foi atabalhoada, por precipitada e deficiente preparação e insuficiência de tempo para os assuntos da agenda. Também mal conduzida, nos processos empregues para ordenar o seu funcionamento. Gerou-se assim certa indisposição, melindrosa para o estado de espírito de parte do clero, já muito pouco confiante na capacidade renovadora de Sua Eminência e, além disso, numa atitude eclesial pouco segura.

Por mim informados (na qualidade de assistente da Junta Diocesana da AC e membro do Conselho Presbiteral) do modo como decorrera esta 1ª reunião, os assistentes diocesanos da AC, na habitual reunião mensal de Janeiro 68, pediram-me que não deixasse de frizar ao senhor D. Manuel Falcão (entretanto sagrado bispo) aquelas deficiências e os seus efeitos negativos — pois fora ele quem organizara a reunião — bem como lhe comunicasse as nossas aspirações relativamente ao mesmo Conselho. Assim o fiz por carta de 24 de Fevereiro, onde, em nome de todos, afirmava o desejo e a necessidade de estreita colaboração entre o Patriarca e o presbitério, manifestava a opinião de que o Conselho, neste primeiro ano, em face dos problemas acumulados não deveria reunir menos de umas quatro vezes, em reuniões de dois dias e não de um só, e, ainda, indicava para primeiro tema a tratar um que já ficara da agenda anterior: as preocupações do clero.

Tais inquietações e anseios não tiveram, no entanto, qualquer resposta ou satisfação. Só quase quinze meses mais tarde depois da 1ª reunião o Conselho Presbiteral viria a reunir-se a

segunda vez, em 4-7 de Março 69. Apenas em 25 de Julho 68 o Senhor Bispo de Telepte deu conhecimento a um pequeno grupo de padres, que funcionava como conselho do SAP, de algumas realizações projectadas para depois das férias, como nova reunião do Conselho Presbiteral em 21-23 de Outubro e preparação do Conselho Pastoral para começar a funcionar por volta de Março, Abril de 69. Do cumprimento desta promessa, porém, não houve quaisquer sinais. E assim, em 19 de Outubro 68 decidi escrever uma carta ao Senhor Patriarca, também assinada por outros dois membros do Conselho, os padres José Magalhães e António Rodrigues Correia, em que dizíamos: Apesar do que foi feito, "... substancialmente tudo continua na mesma. Os problemas avolumam-se..."; e, em relação ao Conselho Presbiteral, "A sua inactividade sujeita-o inevitavelmente ao descrédito". Terminávamos pedindo a Sua Eminência que não demorasse mais a convocar nova reunião do Conselho, antes que fosse demasiado tarde. "Fazê-lo já ainda poderá evitar muitos males; o contrário cremos que só terá efeitos desastrosos", declarávamos.

2.2 — Que pensarmos desta paragem e deste silêncio? Só poderemos fazer tentativas para compreender.

Ao iniciar a 2ª reunião do Conselho Presbiteral (4/3/69), Sua Eminência justificou a demora em convocá-la simplesmente pelo muito que fazer, sem qualquer alusão concreta: sabemos, porém, que entretanto sucederam o caso do Seminário dos Olivais e o caso de Belém (Pe. Felicidade), que absorveram atenções, embaraçaram, causaram preocupações e perturbação. Teria havido ainda alguma outra razão?

Para melhor entendermos estes dois casos, a conjuntura e a sequência dos acontecimentos, necessário se torna termos presentes a mudança sócio-cultural da época, a situação política nacional e ainda determinadas posições e caracterísitcas do Senhor Patriarca.

2.2.1 — É do conhecimento de todos nós que o mundo ocidental passava por um profundo abalo cultural, na contestação, sob múltiplas formas e manifestações, de critérios e tipo

de vida anteriores. Na sua recentíssima homília (9 Dez. 1990) por ocasião do 25° aniversário da conclusão do Concílio Vaticano II, o Senhor D. António Ribeiro cita a este propósito Yves Congar dizendo: "Na afirmação de um teólogo contemporâneo, o Concílio 'viu-se acompanhado, e sobretudo seguido, por uma mutação sócio-cultural, cuja amplitude, radicalidade, rapidez e carácter cósmico não têm equivalente em nenhuma outra época da história'". A progressiva tomada de consciência e afirmação dos direitos humanos, o anseio — muitas vezes vertigem — de liberdade, e a aspiração de democracia, grandemente favorecidas pelo progresso tecnológico e o veloz desenvolvimento dos transportes, contactos e meios de comunicação social, produziam efeitos de rápidas mudanças de maneiras de ver e comportamentos. Por outro lado, a contestação da sociedade ocidental e da sua cultura levava muitos a adoptar critérios marxistas, propostos e considerados como mais exactos e, portanto, verdadeiros ou socialmente mais justo. Entretanto os impérios coloniais foram-se desfazendo, o clima de liberdade alargando, os costumes e as expressões artísticas revolucionando. Tal agitação e mudança — os ventos da época — não podiam deixar de atingir e influenciar as mentalidades e o comportamento de muita gente também no nosso país, e de modo especial os jovens.

2.2.2 — Pelo que nos dizia respeito, a situação política portuguesa estava longe de satisfazer. Um regime conservador, autoritário e dirigista, repressivo de tendências subversivas mas também de liberdades e inovação legítimas, não suficientemente respeitador, portanto, dos direitos humanos. Entretanto, também a recusa oficial do termo da nossa colonização em África, mantida, em situação de ruptura, por uma guerra com reflexos sobretudo na juventude.

Estas circunstâncias eram factores não só de instabilidade e mal-estar social como também de perturbação e tensão dentro da própria Igreja, tanto entre os leigos como entre o clero e até religiosos.

2.2.3 — A atitude do Senhor Patriarca perante elas, apesar do alto nível do seu espírito sob todos os aspectos, creio que

não foi de avaliação inteiramente correcta. Marcado por uma concepção de sociedade, cultura, Igreja e autoridade de tempos anteriores, julgo que, nesta altura, lhe faltou a suficiente capacidade de visão e inovação que seria necessária, e não só não conseguiu resolver tensões como deu motivo a que outras surgissem. Posso aqui contar que, num dos primeiros anos de 60, já não me recordo bem qual, todos os assistentes da AC do plano nacional concordámos na necessidade de sua Eminência e o Episcopado tomarem uma atitude muito clara que descomprometesse nitidamente a Igreja (entenda-se sobretudo a Hierarquia) em relação ao regime. A ambiguidade até então sentida fornecia pretextos para a atacarem de fora, abalava muitos católicos mais cultos e desorientava membros da AC, particularmente dos organismos operários, estudantis e agrários juvenis. Não pretendíamos que o Senhor Patriarca se inclinasse para a oposição nem fizesse qualquer opção política, mas definisse uma atitude pública de indiscutível isenção, mais de acordo com a natureza da Igreja e a missão dos pastores, ainda que porventura desagradasse aos poderes constituídos. Era preciso que ninguém pudesse dizer que "estavam feitos" com o regime. Em audiência que nos concedeu a todos (creio que todos estiveram presentes), Sua Eminência recusou-se terminantemente ao que lhe propúnhamos, declarando-nos que entendia ser assim que melhor estava a servir a Igreja, e acrescentando que também não se sentia com disposição para enfrentar um endurecimento dos governantes (recordemos o caso do Bispo do Porto).

Apontarei ainda algumas características do Patriarca D. Manuel Cerejeira — segundo a ideia com que dele fiquei — que não favoreceram a feliz condução da pastoral da Diocese. Tinha uma forma de agir demasiado diplomática, com prejuízo de uma transparência muito desejada, e preocupava-se em dar uma imagem prestigiosa da Igreja, no sentido de valorizar os elementos temporais que para isso concorressem. Não o conheci propriamente autoritário, mas possuia um conceito muito arreigado de autoridade que o levava a uma actuação excessivamente pessoal, sem ouvir como seria conveniente aqueles a quem os assuntos diziam respeito. Cioso da legítima autoridade do Bispo, frequentemente reagia como se quisessem contestar-lha,

quando, em verdade, isso não acontecia. Talvez por tudo isto, manifestou ainda uma enorme dificuldade em dialogar, sobretudo com grupos, apesar dos diversos apelos que lhe foram feitos — e eu muito particularmente lhe fiz — nesse sentido. Um dia, depois de um desencontro entre mim e ele na 3ª reunião do Conselho Presbiteral (Julho de 69), num intervalo veio ter comigo e disse-me amigavelmente: "Sabes, tu tens razão... Mas não te esqueças de que eu já tenho oitenta anos!"

Penso que Sua Eminência em algum momento reconheceu de facto que não conseguia acomodar-se satisfatoriamente às nossas condições e responder como preciso aos problemas. Por isso terá dito, ao despedir-se do I Conselho Prebiteral, em 1971, no termo do seu mandato e aludindo à sua possível resignação: "Desejaria e julgo que teria algum direito de partir. Não sou juiz; mas o meu parecer era que já era bem tempo, para bem do Patriarcado, para bem da Igreja".

2.3 — Consideradas estas circunstâncias e condições que influenciavam a vida do Patriarcado (mera alusão ao que julguei mais determinante), retomemos então a reestruturação pastoral da Diocese e certos acontecimentos que, de algum modo, também a afectaram.

Caso do Seminário dos Olivais

Desde fins, pelo menos, dos anos 50 que a situação do Seminário dos Olivais se começou a ensombrar, quer no que toca à preparação e mentalidade dos seminaristas — sobretudo de elevado número que mais adiante ingressou sem ter frequentado o Seminário de Almada — quer na relação entre estes e a Direcção da casa.

Numa tentativa para resolver o problema, em 1966 Sua Eminência nomeou novo Reitor o Pe. Abílio Tavares Cardoso (cónego em 4/11/66), á frente de um grupo de padres predominantemente novos em idade (provisão de 15 de Novembro 66), alguns recém-licenciados em diferente áreas da teologia, e que tinham vindo a integrar progressivamente esse grupo desde 1959. Esta equipa empenhou-se com diligência em fazer face às

questões que se punham e, ao cabo de dois anos, em fins de Abril de 68, elaborou uma proposta de remodelação da ordenação e pedagogia do Seminário para apresentar ao Senhor Patriarca. Entretanto, porém, tinham-se manifestado desconfianças de alguns membros do presbitério quanto à sua orientação, e também tecido críticas que produziram um certo mal-estar. Admito, pelas informações colhidas, que houvesse alguma razão; não se terá sido, porém, inteiramente justo em juizos feitos.

Foi nestas condições que o incidente eclodiu. Sua Eminência, sem ter examinado a referida proposta com os padres do Seminário, assumiu-a inesperadamente na parte relativa ao começo da transição dos seminaristas para a Universidade Católica a inaugurar, e apenas o comunicou ao Reitor em 23 de Setembro, uns escassos quatro dias antes da abertura do novo ano escolar.

Colhidos de surpresa por esta decisão, não só muito tardia mas que não tivera em conta o resto da proposta, e ainda incomodados pelas críticas atrás referidas, os padres do Seminário entenderam, na sua quase totalidade, com o Reitor, pedir a demissão, pois, em tais condições, consideraram impossível continuarem a assumir a sua responsabilidade. Atitude discutível. Se, porém, o Senhor Patriarca tivesse podido acompanhar mais o seu trabalho, provavelmente ter-se-ia evitado este desaire e contratempo.

A sequência do caso, no que se refere ao Seminário, foi que Sua Eminência aceitou o pedido de demissão e, em Mensagem de 13 de Outubro 68, comunicou-o ao clero e fiéis do Patriarcado, fez justiça à equipa formadora demitida reconhecendo indiscutível valor a muito do que tinha realizado, e informou ainda que nomeava um "grupo de estudo" da situação (Bispo de Telepte e C° João Alves), para propor soluções, e uma nova Direcção do Seminário (os membros "grupo de estudo", Vice-reitor P^e^. Serrazina, etc.). Entretanto, quase todos os seminaristas foram saindo. Dois anos depois, em nova Comunicação ao clero e fiéis (3 de Outubro 70), o Senhor Patriarca dava conhecimento de que o "grupo de estudo" em Maio anterior lhe apresentara um estudo geral sobre os problemas do Seminário e conclusões, o Conselho Presbiteral os examinara na sua reunião

de Junho, e, em consequência, decidia: criar o Secretariado Diocesano de Pastoral das Vocações (Director P^e^. Serrazina); definir os Seminários de Almada e Olivais, o primeiro como vocacional (médio) e o segundo (maior) como pastoral, e manter os Seminários Menores de Santarém e Penafirme; nomear, ainda, novos padres (e confirmar outros) para a direcção dos vários seminários; etc.

O Seminário dos Olivais, que quase recomeçava do zero, recebeu como novo Reitor o P^e^. Dr. José Policarpo. Com nova orientação, a pouco e pouco foi-se recompondo e o número dos seus seminaristas e padres foi crecendo. Nesta data, o Seminário é constituído por sete padres além do Reitor e 48 seminaristas (19 do Patriarcado e 29 de outras cinco Dioceses). Os seminários menores, esses não resistiram à profunda modificação de condições sócio-religiosas e acabaram por encerrar por insuficiente frequência, o de Santarém em 1974 e o de Penafirme (que se converteu em externato) em 1977. No entanto, a partir de 1982, novas iniciativas foram tomadas pelo nosso actual Patriarca D.António Ribeiro: em 15/8/82 erigiu o Pré-seminário, para acompanhar rapazes que ponham a hipótese de virem a ser seminaristas, e, em 13/6/84, criou o novo Seminário Menor de S.José de Caparide para seminaristas no curso secundário a partir dos dezasseis anos. Em 14/3/90 aprovou uma resolução dos Vice-reitores dos Seminários e Pré-seminário, acordada em 7/2/90, decidindo que o Seminário de Almada só receba seminaristas com o 12° ano já feito, para começarem a frequentar o 1° ano teológico. Deste modo Almada deixa de ser seminário médio e passa a ser uma primeira secção (vocacional) do seminário maior.

Caso de Belém

Este caso concretizou-se numa atitude do pároco de Belém, P^e^. José da Felicidade Alves, que chocou com o ambiente político e também foi acusada pelo Patriarca de constituir indisciplina e pôr em causa a doutrina da fé. Perante a recusa do P^e^. Felicidade de se retratar das suas declarações, Sua Eminência destitui-o de pároco e suspendeu-o "a divinis" em Novembro de

1968. Este facto, além de abalar os paroquianos que estavam por ele, também veio a ter consequências demolidoras sobre muitos outros padres e leigos que já tinham acentuadas reservas em relação ao Senhor Patriarca e à linha de orientação da Igreja diocesana e portuguesa.

A questão foi demasiado movimentada, subtil e confusa para ser aqui relatada, nem isso interessa à finalidade desta exposição. Apresentarei apenas alguns dados para concretizar um pouco.

O P^e^. Felicidade, simultaneamente a paroquiar Belém e a estudar em Paris, já vinha, pelo menos desde 1967, a afirmar pontos de vista críticos e a levantar interrogações, a meu ver com pouco tacto, sobre a situação pastoral e política da Igreja em Portugal e problemas teológico-pastorais (cf. Comunicação ao Conselho Pastoral de Belém — Paris, 4/6/67), e que provocaram reacções indispostas dos que se sentiram atingidos ou consideraram que ele estava a ultrapassar as fronteiras da fé.

Esta atitude continuou em 1968 com uma carta aos paroquianos (Paris, 5/3/68 — 1ª semana da Quaresma) e uma Exposição ao Conselho Pastoral de Belém (Belém, 19/4/68 — Oitava da Páscoa) exposição esta de que o P^e^. Felicidade informou o Senhor Patriarca logo no dia seguinte, 20 de Abril. Os textos podem suscitar dúvidas sobre a posição doutrinal e eclesial do autor, mas creio que apenas isto. Todavia, julgo-os acentuadamente falhos de senso e prudência pastoral, circunstância que poderia constituir razão para levantar fortes dúvidas sobre a conveniência de o P^e^. Felicidade continuar a ocupar o cargo que desempenhava.

O P^e^. Felicidade, novamente em Paris, tomou conhecimento de que Sua Eminência "tinha de tomar uma decisão" a seu respeito e pretenderia removê-lo de pároco de Belém, ao que reagiu intempestivamente. Seguiu-se um processo acidentado e complexo que não satisfez qualquer das partes e que, além de percalços havidos, como duas cartas do Senhor Patriarca para Paris que não chegaram às mãos do P^e^. Felicidade, talvez não tenha sido conduzido da forma mais dialogante e desejável. A concluir, em 2 de Novembro Sua Eminência redigiu uma comunicação sobre o desenrolar do caso e um decreto, pelo qual removia o P^e^. Felicidade de pároco de Belém a partir do termo do

dia 7 seguinte e lhe concedia o prazo de dez dias após a recepção do decreto para reparar as suas atitudes consideradas dignas de censura e dar ao Patriarca garantias de poder confiar nele. De contrário ficaria suspenso "a divinis". O decreto foi recebido pelo P^e^. Felicidade no dia 6 e em 7 o Patriarca enviou cópia do mesmo documento ao presbitério.

Logo após estes factos, e conhecida publicamente a não aceitação do decreto de Sua Eminência pelo P^e^. Felicidade, decidi fazer uma diligência extrema para evitar a rotura e propus-me, ao P^e^. Felicidade em 12 e ao Senhor Patriarca em 13, para servir de mediador num encontro entre ambos, que, de outro modo, não se efectuaria. O P^e^. Felicidade aceitou; mas o Senhor Patriarca, no fim da demorada audiência que tive com ele, deixou a resposta em suspenso. Não chegou a dar-ma. Em 16 expirou o prazo e o P^e^. Felicidade incorreu na suspensão cominada. Nesse mesmo dia enviou uma declaração ao Prelado em que rejeitava o decreto, afirmava a sua disposição de apelar para a Santa Sé, proclamava a sua fé e insistia que queria ser padre.

Um caso triste e com repercussões eclesiais muito negativas, em que me permito pensar que tenha havido falhas de ambos os lados, e suponho que poderia ter terminado de outra maneira.

2.4 — Foquei a anomalia de o Conselho Presbiteral, depois da sua primeira reunião no final de 67, passar todo o ano de 1968 sem voltar a ser convocado, e aludi a circunstâncias que para isso certamente concorreram. Mas procuremos retomar a reestruturação pastoral do Patriarcado e ver como entretanto as coisas corriam nesse aspecto.

Com uma ponta de humor (mas sem ponta de sarcasmo, ressalve-se!) talvez possamos dizer que a "armada" que se pretendia lançar ao mar de facto não foi além de um arremedo, incompleta e inoperante por falta de muita coisa (para já não falar do mau tempo que se levantou!). Conselho pastoral diocesano, nada; Conselho Presbiteral, encalhado; Secretariado de Acção Pastoral (SAP), reduzido ao seu Director (D. Manuel Falcão), à espera de melhores dias!

Em Fevereiro deste ano (68), em conversa de casa com o P^e^. Serrazina, e, implicitamente, na carta de 24 ao Bispo de Telepte

já mencionada, manifestei que seria desejável este, como Director do SAP, encontrar-se com os padres mais representativos dos vários sectores pastorais da Diocese e ouvi-los sobre os problemas que se lhes punham e a forma imediata de orientar a acção comum. Entretanto soube que o Senhor D. Manuel já tinha projectado uma reunião deste género, embora não exactamente com o objectivo que eu propusera. Veio a convocá-la em 15 de Março para se realizar em 21, com a participação dos responsáveis diocesanos dos serviços, movimentos e obras, padres Canas, Mafra, Trindade, Lereno, Horácio, Armindo Duarte e Serrazina, e ainda Pe. Pedro Branco e Cº João Alves, na qualidade de delegados do clero das Regiões Pastorais de Santarém e Setúbal. O Pe. Aleixo Cordeiro, Director Diocesano dos Cursos de Cristandade, foi acrescentado a este grupo para a 2ª reunião que se seguiu. O objectivo apontado era "reflectir em comum sobre o lançamento de um Conselho dos serviços, obra e movimentos do Patriarcado", ideia vaga que, na sequência, teve uma certa relação com o SAP mas não chegou a ser bem definida. De algum modo, o Director do SAP pretendia dar forma ao seu secretariado e activá-lo; note-se, porém, que decorridos já quinze meses e meio depois da sua criação em 29/11/66!

O que foi e fez este grupo ou conselho de responsáveis com carácter informal?

Depois de hesitações (cf. 3ª reunião, 1/5/68), na sua 9º reunião, em 16 de Dezembro 68, ficou assente funcionar provisoriamente como elemento de apoio ao SAP (conselho do SAP) e, ao mesmo tempo, como órgão de auxílio ao Vigário Episcopal dos Movimentos e Obras (Bispo de Telepte), que, entretanto, fora substituído pelo Pe. Armindo Duarte na Direcção do SAP. Em ambos os casos teria apenas função consultiva. Havia, no entanto, de sofrer ainda uma tentativa de reformulação ano e meio mais tarde, na que afinal foi a sua última reunião.

A sua actividade prolongou-se por dois anos e dois meses, em três sequências de reuniões, a primeira de oito, de 21 de Março a 25 de Julho 68, a segunda de onze, cinco meses depois, entre 16 de Dezembro 68 e 27 de Maio 69, e a terceira de três, quase passado meio ano(!), de 18 Novembro 69 a 19 de Feve-

reiro 70. Por último, houve uma derradeira (a 23ª) em 23 de Maio 70. Esta distribuição no tempo poderá dar uma ideia da irregularidade e inconsistência do que se ia tentando fazer com vista à reestruturação pastoral. É de sublinhar que, na primeira série de reuniões (1968), se reflectiu sobre os objectivos do SAP, quem deveria integrá-lo, e vários aspectos da problemática do Patriarcado na tentativa de esboço de um projecto pastoral. Na segunda (1969), já retomadas as reuniões do Conselho Presbiteral, o Conselho do SAP (Pe. Armindo Director, mas o Senhor D. Manuel continuou a estar presente) voltou-se para a ordenação da acção pastoral, a montagem do SAP e seu plano de trabalho, e, de Março a Maio, o lançamento do Conselho Pastoral Diocesano.

Julgo também de interesse fazer alusão a um texto meu, examinado pelo Conselho do SAP no princípio de 69 (depois do caso de Belém e antes da 2ª reunião do Conselho Presbiteral), a propósito da situação então verificada no Patriarcado. Alerto para a tensão entre número crescente de padres e leigos e a autoridade diocesana: "...atmosfera que se vai carregando... se assim continuar, parece-nos quase inevitável que se desencadeie verdadeira tempestade. Apercebemo-nos desta tensão no contacto com as pessoas, pela maneira como reagem e falam...(etc)...pelos incidentes e protestos que ultimamente têm vindo a registar-se e ainda pela intenção de que temos conhecimento de passar do descontentamento à acção combinada e planeada, do protesto individual ao protesto colectivo". Em seguida apresentava nove razões desta crise e indicava sete "medidas de fundo ou mais concretas" que considerei "mais oportunas e urgentes" para a debelar. Aproveito para dizer que a 6º medida volta a ser uma insistência muito explícita num plano diocesano de acção pastoral, preocupação que manifestara pela primeira vez havia quase três anos e, entretanto, já tornara a afirmar: "6ª — Elaboração de um plano pastoral por fases que vise os objectivos por ordem de importância, urgência e possibilidade, e criação de condições, inclusivamente de pessoas, para o executar."

Em ordem à última reunião do Conselho do SAP que veio a efectuar-se (23/5/70), o Senhor D.Manuel Falcão enviou-nos

uma circular em que começava por dizer "Há já bastante tempo que não é convocado o Conselho do SAP",e apontava: "O assunto principal é a transformação deste conselho informal noutro formal, não já do SAP, mas do Vigário Episcopal dos Serviços e Obras, com a feição de órgão de coordenação do trabalho pastoral". Não me tendo sido possível estar presente todo o tempo, soube depois que, afinal, não se chegou a nada definido.

Nesta indefinição acabou o grupo dos responsáveis diocesanos ou Conselho do SAP. De aí em diante, a sua actividade transferiu-se para uma pequena equipa da Direcção do SAP que o P^e^. Armindo entretanto constituira e de que eu comecei a fazer parte no fim de Fevereiro.

Em brevísssimo balanço da acção e seus resultados do extinto conselho, direi que ficou muito aquém de esperanças que ainda alimentei. Apreciações, ideias, sugestões, propostas — o que lhe competia — houve em abundância; ficou-me, porém, a sensação de terem sido mal aproveitadas, e não se traduziram satisfatoriamente em atitudes concretas. Por falta de capacidade de aproveitamento ou por obstáculos reais, contratempos ou oposição? Não sei. Foi uma oportunidade que alguns utilizámos numa tentativa para dinamizar e romper barreiras à reestruturação pastoral mas que praticamente não resultou.

3

Últimos esforços até à resignação de D.Manuel Cerejeira

3.1 — À parte algumas actuações mais evidentes que não podem deixar de considerar-se positivas, a reestruturação pastoral do Patriarcado, como entendíamos, não conheceu dias mais felizes nos dois últimos anos e meio do governo do Senhor D.Manuel Cerejeira. As condições, decididamente, não eram favoráveis. Os que queriam avançar debateram-se com grandes frustrações; o que se fez quase mais não terá sido do que pedras atiradas ao charco. É difícil avaliar com inteira justeza; mas a sensação final pode dizer-se que foi de fracasso, apenas compensada, nos que a tinham, pela fé e pela esperança que dela decorre.

A escassez de tempo no momento em que prossigo com este trabalho, a vastidão do campo a considerar e a limitação deste espaço não me permitem de modo algum continuar com uma análise sistemática e um tanto pormenorizada dos acontecimentos e aspectos mais interessantes. Se atrás o fiz um pouco mais amplamente foi porque o julguei necessário para definir melhor os traços da questão. Limitar-me-ei pois, quase somente a uma indicação.

Como anteriormente referi, o ano de 69 iniciou-se com acentuada tensão de padres e leigos (depois dos incidentes do Seminário dos Olivais e de Belém e do começo de afastamento de padres em Dezembro). Ainda tive a esperança de que a 2ª reunião do Conselho Presbiteral, finalmente convocada para 4 a 7 de Março, viesse reequilibrar as coisas, quer quanto à disposição dos espíritos, quer quanto à marcha da reestruturação pastoral. A carta do senhor Patriarca ao clero da Diocese que a precedeu (22 de Janeiro) poderia dar a ideia de que Sua Eminência estava bem consciente de todos os problemas (é um documento bastante elucidativo) e o seu espírito seria suficientemente superior para os enfrentar. Desilusão, porém! Creio que se impunha uma mudança de estilo, no campo da relação com o

presbitério, de que Sua Eminência não se terá apercebido (apesar do que eu já lhe havia dito em correspondência pouco anterior) e praticamente nunca chegou a ser capaz de fazer. Declarei-lho em carta muito amarga e muito clara que lhe escrevi uma semana depois, em 15 de Março, e que, apesar de claríssima, no dizer de um colega bem informado o Senhor Patriarca não compreendeu. O sentido que tinha da sua posição e autoridade de Bispo da Diocese não lhe permitiu a aproximação e verdadeiro diálogo que eram imperiosamente necessários, e, creio poder dizer, que então o primeiro problema da Diocese, a condição de entendimento para se poder trabalhar e ir enfrentando os outros problemas. Ainda voltei a insistir posteriormente, em reuniões do Conselho Presbiteral, por carta e em contacto particular. Tudo, porém, em vão. As consequências são conhecidas. Completamente decepcionados, vários padres (e leigos), muitos mesmo, endureceram e acentuaram as suas posições contestárias e acabaram por se afastar.

Entretanto, até ao fim do governo do Senhor D.Manuel, o Conselho Presbiteral ainda tornou a reunir uma vez em 69 (1-2 de Julho), uma em 70 (1-3 de Junho) e outra em 71 (17-19 de Fevereiro), esta já atrasada em relação ao tempo do seu primeiro mandato, terminado nos fins de 1970. Entre outras coisas de maior ou menor interesse de que foi tratando, nessas reuniões foi sendo melhor estruturado e, não sem esforço, conseguiu-se dotá-lo de um estatuto que lhe permitisse funcionamento saudável.

3.2 — Será oportuno, neste momento, observar que esta exposição de modo nenhum pretende reduzir a acção pastoral e a vida da Diocese ao que vai relatando. Algo mais se foi fazendo, outros passos se foram dando, várias coisas aconteceram, como por exemplo o início da introdução da reforma litúrgica. Impossível, porém, como já disse, falar de tudo. Limito-me, por isso, a focar aspectos que julgo de particular interesse para traçar um certo quadro de projecção do Concílio na ordenação pastoral do Patriarcado, com os quais, aliás, tive maior relação. Nesta perspectiva, pois, e até ao fim do governo do Senhor D.Manuel Cerejeira, direi ainda uma palavra sobre a

Acção Católica, o Conselho Pastoral Diocesano, a nomeação de vigários episcopais e o plano de acção pastoral.

3.3 — Como resumir um assunto tão vasto como o da problemática da AC? Refiro-me a ela pelo importante lugar que ocupou na acção da Igreja desde os anos 30. A reestruturação pastoral do Patriarcado não podia alhear-se dela. De facto, porém, e limitando-me ao âmbito da nossa Diocese, como assistente que fui da Junta Diocesana desde 64 a 72 poderei declarar que não se soube ou foi possível fazer o que seria necessário. Havia numerosos erros e falhas acumuladas; as instituições precisam de possuir suficiente flexibilidade para poderem ajustar-se a mudanças de situação; a situação do mundo e da Igreja estava a passar por profundas transformações; as condições sócio-políticas do nosso país introduziam factores de perturbação; muitos responsáveis, leigos e assistentes, encontravam-se confusos ou até numa posição que não seria a mais correcta. Em Nota informativa que forneci ao Senhor Patriarca no princípio de 1970 (31 de Janeiro), dizia a certa altura, no n.3.3: "a LECF e a JICF morreram e pouco ou nada se tentou fazer para remediar estes factos; a LIC e a LUCF continuam, sozinhas, a braços com problema de sobrevivência; a JECF e a JUCF, também sozinhas, procuram desesperadamente o seu caminho". Esta referência deixa perceber que a situação dos organismos era bem pouco satisfatória. E mais adiante, no n.4.2, interrogava: "Será de facto a AC capaz de superar a crise em que as circunstâncias a fizeram cair entre nós? Ir-se-á ainda a tempo de a salvar da falência que mais cedo não se procurou evitar? Será ela ainda, tal como existe ou se pensa actualizá-la, meio pastoral válido para a cristianização da sociedade?". E poderia continuar a citação, mas chega para dar a ideia de que a posição da AC era realmente difícil e a sua situação muito discutível. Não é, pois de surpreender que, em vez de se consolidar, alguns anos mais tarde tenha praticamente sossobrado, e apenas alguns organismos agrários, operários e estudantis, remodelados, tenham persistido em continuar a sua actividade em condições de que já não me encontro a par.

3.4 — O conselho pastoral diocesano foi o promeiro órgão proposto pelo Concílio em que o Senhor Patriarca terá pensado, em 1966, e também o mais retardado e, talves possa ainda acrescentar, o mais comprometido.

Pedido pela I[a] Assembleia do Clero do Patriarcado (Set.66), e posteriormente urgido pelo Conselho Presbiteral nas suas duas primeiras reuniões (Dez. 67 e Março 69), só em Maio de 1970 é que veio a ser criado, e apenas a título experimental. Assim havia de funcionar no último ano do governo do Senhor D. Manuel Cerejeira, desaparecendo depois, até, catorze anos mais tarde, o Patriarca D.António Ribeiro decidir instituí-lo de novo.

A sua primeira criação terá resultado da actividade do Conselho do SAP. Entre Março e Maio de 1969 este Conselho iniciou deligências nesse sentido, que terão concorrido para Sua Eminência, antes da 3[a] reunião do Conselho Presbiteral (Junho de 1969), se declarar decidido a constituir a "comissão preparatória" que lhe fora recomendada. Foi, porém, necessário alguns membros do Conselho do SAP retomarem a iniciativa para essa comissão finalmente ser formada e aparecer em Março de 1970, composta por um reduzido número de padres, leigos e religiosos. Em cinco reuniões (19 de Março a 12 de Maio 70), a Comissão Instaladora (assim foi chamada) avançou com a preparação de um conselho pastoral não ainda idealmente constituído, mas nos moldes julgados satisfatórios para não protelar ainda mais a sua criação, considerada de urgência. De facto, na minha opinião seria desejável uma preparação progressiva, mais prolongada, talvez a partir de comissões de estudo que fossem formadas primariamente para preparar um plano pastoral diocesano. As circunstâncias, porém, levaram-me a admitir, ainda que contrafeito, a conveniência de caminhar mais rapidamente. E assim, por Decreto de 5 de Maio 70, Sua Eminência criou o Conselho Pastoral Diocesano, a título experimental, composto por 26 membros nomeados por dois anos, conforme Provisão de 28 de Maio.

Este Conselho Pastoral funcionou muito irregularmente. Teve dois períodos de actividade separados por sete meses, o primeiro com quatro reuniões, de 2 de Junho a 23 de Julho 70, e o

segundo com cinco reuniões, de 4 de Março a 24 de Maio 71. Explicou o Senhor D.Manuel Falcão — delegado do Senhor Patriarca para presidir ao Conselho — em documento de 11/2/71 para a 5ª reunião: "A quebra do ritmo de trabalho ocasionada pelas férias grandes e a absorção do Bispo de Telepte por ocupações pastorais prementes são motivos principais de não ter sido até hoje convocada nova reunião". De facto, houve também outra razão, que foi a confusão gerada nas primeira reuniões por impreparação e falta de pespectiva pastoral de membros do Conselho. Assim se confirmou, creio, o meu anterior ponto de vista: um Conselho Pastoral nestas condições não poderia trabalhar convenientemente sem ter diante de si um projecto (ou plano) pastoral preparado por quem possuisse suficiente visão da situação e problemas do Patriarcado. As comissões de estudo prévias teriam ajudado.

Depois de uma certa orientação e estruturação por comissões, nas últimas três reuniões o Conselho considerou ser de dar seguimento a uma sugestão antes feita pelo Pe. João de Sousa. Tratava-se de elaborar um documento que indicasse os problemas prioritários da Diocese para — segundo a sua ideia —, logo que novo Patriarca fosse nomeado, prontamente se lhe poder dizer o que haveria de mais urgente a fazer. Foi praticamente só este o fruto que o conselho produziu — documento aliás duplo, porque reuniu dois textos diferentes, mas complementares, o A e o B. Constituiu um documento interessante, não porém de resultados palpáveis ou susceptíveis de avaliar. O texto ou documento A, "Situação da Igreja no Patriarcado", apontava-lhe uma crise de identidade, de comunidade, de instituição, de missão e de culto; e o documento B, "Estruturas e meios de acção", referia-se a medidas práticas, como preparação de um sínodo diocesano, criação de um corpo de vigários episcopais, criação de equipas de trabalho para diversos assuntos, e, a nível nacional, actuação em relação aos meios de comunicação social e criação de um instituto de pastoral.

Após a substituição do Senhor D.Manuel Cerejeira (conhecida em 13 de Maio 71), o Conselho não voltou a reunir. Apenas foi convocado um ano mais tarde para um encontro com

o novo Patriarca, em 25 de Maio 72. Nesta sua 10ª e última reunião previu-se que continuasse a funcionar, embora com renovação dos membros. De facto, porém, tal não aconteceu. Do motivo não tenho qualquer conhecimento, pois entretanto fui deixando os trabalhos anteriores do plano diocesano e tomei o encargo de uma paróquia. O Conselho extinguiu-se, e só catorze anos depois, por Decreto de 23 de Junho de 1986, foi instituído novo Conselho Pastoral com Estatutos a título experimental aprovados pelo período de cinco anos.

3.5 — O Documento B do Conselho Pastoral de 70-72 recomendou a criação de "um corpo de vigários episcopais, para os vários sectores da pastoral, com a função de fomentar, dinamizar e coordenar criteriosamente (...) as iniciativas várias". A ideia, porém, não surgiu aqui. Teve a sua origem no SAP, depois das férias grandes de 1970.

Apesar das diligências que iam sendo feitas a diferentes níveis, continuávamos a sentir que não se saía duma situação de embaraço, descoordenada, e não se conseguia verdadeiramente caminhar em frente. Por isso, em reflexão de 13 de Outubro para apresentar à equipa do SAP, eu escrevia: "...continuamos num impasse de pastoral diocesana. Porquê? Entre outras razões, creio que fundamentalmente por falta de visão perspicaz e acertada dos aspectos básicos em que se impõe uma renovação e actuação imediatas".

Esta minha avaliação veio precisamente ao encontro da perplexidade em que o SAP se encontrava. Retomando então a reflexão feita, na reunião da Direcção de 19 de Novembro disse "que seria de irmos à raiz do problema geral da Diocese e tentarmos descobrir quais as medidas prioritárias que se deverão tomar para o resolver". Os outros membros da equipa presentes (Pe. Armindo e Pe. Serrazina), bem como o Senhor D.Manuel Falcão presente também, acharam acertado e pediram--me com empenho que pensasse no assunto e tentasse apresentar uma proposta. Assim fiz; e a intuição que tive foi a de que o Senhor Patriarca precisava absolutamente de mais colaboradores directos e com autoridade para prestar a indispensável atenção a todos os aspectos fundamentais da pastoral diocesana. Regiões e

sectores pastorais primários, cada um necessitava de um responsável próprio que conhecesse, ajuizasse, promovesse, estimulasse e coordenasse situações e acções. Seriam vigários episcopais, bispos auxiliares e padres, como o Cº João Alves que já era Vigário Episcopal da Região de Setúbal.

A ideia foi bem acolhida pela Direcção do SAP, que a fez sua, assim como o texto "Sugestões para ordenação imediata da pastoral do Patriarcado" que eu redigira, e no qual, referindo-me ás incertezas e desalento de padres e leigos relativamente à actuação pastoral, os atribuia, muito mais do que a dificuldade de solução dos problemas, à falta de quem efectivamente orientasse e desse apoio com autoridade e aptidão. E acrescentava: "É um problema de deficiência de chefia e de conveniente ordenação do seu trabalho, de governo pastoral da diocese, e será este, no actual momento, *o primeiro e o maior de todos*". O Senhor D. Manuel Falcão levou este texto à apreciação do Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais, que também acolheu favoravelmente a ideia. Sua Eminência, porém, embora a tivesse considerado de interesse, entendeu que não era de dar esse passo, por admitir que não tardaria a ser-lhe concedida a resignação.

A recomendação veio a ser retomada um ano depois pelo Senhor D. António Ribeiro e analisada na primeira reunião do novo Conselho Presbiteral (6ª, em 8-9 de Março 72) por ele nomeado. A decisão final, no entanto, não correspondeu ao que eu e alguns outros julgávamos necessário e eram nove vigários episcopais, inteiramente disponíveis, para cobrir em condições toda a área pastoral. Este número foi sensívelmente reduzido a metade, e os três padres então nomeados continuaram com os encargos paroquiais que já possuiam. Não dei conta de que esta nomeação resolvesse os problemas que se pretendiam. Terminado o seu mandato de três anos em 1975, não voltou a haver nomeação de vigários episcopais.

3.6 — Finalmente, o último aspecto de que falarei em relação ao período terminal do governo do Senhor D.Manuel Cerejeira, mas que o ultrapassa tanto para trás como para diante: o plano pastoral diocesano.

Nem pensar em descrever aqui todas as sugestões, tentativas e vicissitudes por que passou, desde a primeira vez que foi chamada a atenção para a sua necessidade, em Abril de 1966 como já mencionei, até acabar por ser feito e proposto à Diocese em Setembro de 1976! Apenas, a traços muito largos, uma pequena ideia do que foi sucedendo.

Depois de modestas recomendações nos primeiros anos, que não encontraram sequer condições para começar a concretizá-lo, neste período de 69-71 houve tentativas para lhe dar forma mas que não resultaram. Talvez fundamentalmente por falta de método. Creio que teria sido necessário agarrar bem a ideia básica, definir o que pretendíamos e tentarmos depois configurá-lo. Ora só neste último sentido se fizeram diligências, e julgo poder dizer que descoordenadas. Quanto aos primeiros aspectos, muitos havia que não entendiam a importância de um plano ou a avaliavam com sensibilidades diversas. Outros desconfiavam e discordavam mesmo, supondo erradamente que um plano iria espartilhar a criatividade e o dinamismo pastoral. De maneira geral, ainda, os padres (pareceu-me que não só) não tinham ideias claras da natureza de um plano pastoral. Aliás penso que pode haver diferentes tipos de plano. Era indispensável definir-mos que tipo nos interessava.

Ao iniciar-se o governo do novo Patriarca, em 1972, voltou-se a tentar levar por diante a ideia do plano, porém com as mesmas falhas que acabei de apontar, e tudo encalhou em 11 de Dezembro, numa reunião do Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais que, na maioria, se manifestou reservado ou discordante. O Senhor D.António Ribeiro concluiu que o assunto ainda não tinha amadurecido o suficiente e seria de esperar por mais tarde.

Foi dois anos passados, em Janeiro de 1975, que, perante nova insistência do Secretariado Permanente do Conselho Presbiteral, pelas vozes do P^e^. Carlos Paes e minha, o Senhor Patriarca declarou concordar plenamente com a urgência de um plano pastoral, e logo constituiu uma comissão de padres para redigir o seu projecto. Finalmente, depois de laboriosa preparação, foi levado pela segunda vez ao Conselho Presbiteral (12ª reunião — Maio 76) e aprovado com retoques. Pronto no fim de

Julho, Sua Eminência apresentou-o à Diocese em 15 de Setembro de 1976, com a designação de Plano de Acção Pastoral do Patriarcado (PAP).

Devo dizer com lealdade que, posteriormente, o PAP me mereceu críticas, apesar de eu ser co-responsável pela sua elaboração[3]. Explico o que se passou e o meu pensamento.

Como observei pouco atrás, o plano podia ter obedecido a orientações diversas, que não chegaram a ser claramente destrinçadas em razão das formas como as anteriores tentativas para lhe dar existência se processaram. Entretanto eu deixara o campo da pastoral diocesana e estava excessivamente absorvido pelo trabalho da paróquia e da vigararia de que fora encarregado. Deste modo, quando fui incluído na comissão de preparação do projecto do plano pastoral diocesano, de alguma maneira tinha perdido a sensibilidade e o sentido da situação. Experimentei-o desconfortavelmente na altura, mas não consegui resituar-me e dispor de suficiente lucidez. De facto, o tipo de plano depende das situações. Há situações de desordem, críticas, de emergência; há situações equilibradas, embora sempre susceptíveis de correcção e aperfeiçoamento; e há situações intermédias. As primeiras necessitam, e as últimas podem necessitar de um plano acutilante, que defina as grandes linhas de actuação, tendo em vista os aspectos fundamentais de que tudo o mais depende, e aponte acções concretas indispensáveis, não facultativas ou substituíveis. É preciso, pois, identificar a situação, e creio que a do Patriarcado era mais deste tipo. Na concepção do PAP, porém, isto não foi pensado, e deslizou-se para uma orientação antes ideológica (ideias do Vaticano II), em vez de realista ou pragmática, quando, afinal, julgo que era disso que precisávamos. As perspectivas do Concílio deveriam estar presentes, mas sem alheamento da situação concreta e das necessidades mais prementes. Deste modo, sem deixar de apre-

---

[3] (N.E.): O Plano de Acção Pastoral foi objecto de outro texto do autor publicado na revista *Lusitania Sacra*, 2ª série, 8/9 (1996-97), p. 681-707: "Breve apanhado da história da elaboração do *Plano de Acção Pastoral do Patriarcado* - PAP apresentado à diocese em 15 de Setembro de 1976".

ciar a sua riqueza doutrinal, parece-me que o PAP não chegou a ser bem o instrumento pastoral de que a Diocese carecia.

Não é aqui que eu pela primeira vez faço este reparo. Cabe a quem de direito julgar se eu tenho razão e como se deverá proceder.

4

O passado e o presente

Creio que se pode avaliar, pelo que deixo dito, que a reestruturação pastoral do Patriarcado tendo em conta a novidade do Concílio e decidida pelo Senhor D. Manuel Cerejeira se realizou um pouco, sobretudo na criação, ainda que algo comprometida, de varios órgãos, na introdução de reformas como a litúrgica, no desenvolvimento de algumas actuações, e ainda no começo de uma nova maneira de entender a Igreja e de admitir a co-responsabilidade e a participação. Mas ficou imenso por caminhar. Por certo que há sempre imenso para fazer e nunca se consegue dar plena resposta a tudo. Refiro-me, porém, a ordenações, medidas e mudanças fundamentais e urgentes, sem as quais não se ultrapassa uma situação preocupante ou pior como era a de então.

Deveria agora prosseguir com a apreciação de quase vinte anos do governo do nosso actual Patriarca, pelo qual, aliás, já fiz algumas pequenas incursões a propósito dos seminários, dos vigários episcopais e do PAP. Terá de ficar para outra oportunidade, e naturalmente para outra pessoa. Apenas lembro que também muito se tem trabalhado e foram dados passos importantes, que todos mais ou menos temos presentes, até ao mais recente do estabelecimento do novo sistema económico do clero e das paróquias, com a aprovação dos respectivos estatutos por Decretos de 22 de Janeiro de 1990.

O nosso Patriarca, porém, é o primeiro a reconhecer múltiplas deficiências, que a todos nos devem mobilizar para resolvê-las. Recordo que, há pouco mais de um mês, na celebração do 25° aniversário de encerramento do Concílio Vaticano II, nos Jerónimos, embora, assim o julgo, não a pensar só na Igreja de Lisboa mas em toda a Igreja no país, Sua Eminência não se coibiu de dizer:"Quando nos detemos a avaliar correctamente o grau de aplicação do Concílio nas nossas comunidades cristãs, somos forçados a concluir que muito resta por fazer". "A este propósito, teremos de reconhecer, por exemplo, que ainda não

realizámos inteiramente a reforma litúrgica conciliar"; "... nem sempre se avançou até ao mais importante, que é a comunhão vital no mistério celebrado...etc". "Ensaiaram-se novas formas de participação co-responsável na vida da Igreja (...), mas não raro é demasiado imperfeito o seu funcionamento, porque não se descobriu o autêntico valor eclesial desses modelos participativos...etc. No fundo ainda não se aceitou a eclesiologia do Concílio". "Entre nós, porém, a maior deficiência na aplicação do Vaticano II reside, segundo creio, na debilidade do testemunho cristão na sociedade portuguesa".

Estas palavras do Senhor D.António a propósito da aplicação do Concílio dão-nos oportunidade para acrescentar que, no Patriarcado, continuam a não faltar problemas que é da maior importância resolver.

Não basta, porém trabalhar. É preciso saber trabalhar.

Pe. Luis de A. Mafra

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA